

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**SYLVIA GONÇALVES RABELLO**

**PROJETO INTEGRADOR NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE  
CURSO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A UFES**

**VITÓRIA  
2018**

**SYLVIA GONÇALVES RABELLO**

**PROJETO INTEGRADOR NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE  
CURSO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A UFES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Marilene Olivier Ferreira de Oliveira.

**VITÓRIA  
2018**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

R114p Rabello, Sylvia Gonçalves, 1981-  
Projeto Integrador nos projetos Pedagógicos de Curso: uma Proposta Metodológica Para a UFES / Sylvia Gonçalves Rabello. - 2018.  
103 f.

Orientadora: Marilene Olivier Ferreira de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Universidade Federal do Espírito Santo. 2. Administração Pública. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. I. Oliveira, Marilene Olivier Ferreira de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

---

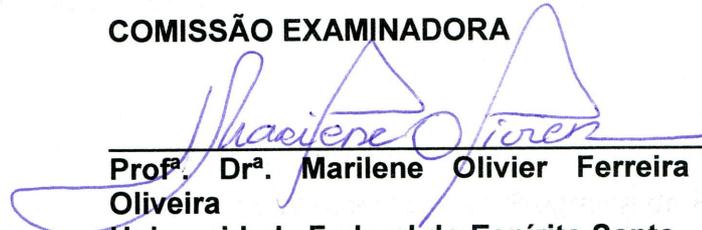
**SYLVIA GONÇALVES RABELLO**

**PROJETO INTEGRADOR NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO: UMA  
PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A UFES**

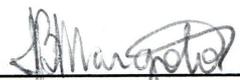
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 04 de dezembro de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª. Dr.ª. Marilene Olivier Ferreira de  
Oliveira**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª. Dr.ª. Taciana de Lemos Dias**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª. Dr.ª. Julia Bellia Margoto**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Edebrando Cavaliere**  
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus: d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas;

Aos meus pais, pelo amor incondicional;

Aos colegas do mestrado e amigos da Prefeitura Universitária, pela força e estímulo;

À PROGRAD, especialmente à Liliane Casotte, cuja ajuda foi fundamental para que eu conseguisse acessar os dados de que necessitei;

Aos professores Edebrando Cavaliari, Júlia Bellia Margotto e Taciana Dias Lemos, pelo conhecimento compartilhado;

À minha orientadora, Professora Marilene Olivier Ferreira de Oliveira, por ter depositado confiança em mim e acreditado que eu conseguiria, quando eu já havia desistido.

“As instituições criam certezas e, se tomadas a sério, as certezas entorpecem os ânimos e algemam a imaginação.”  
(ILLICH)

## RESUMO

Ao longo dos anos, não somente a sociedade mudou como também o papel que a Universidade desempenha dentro dela e, para tal, os processos de ensino-aprendizagem também precisam evoluir para suprir não somente o mercado, mas também os anseios de quem busca um curso de graduação nos dias atuais. Dentro desse contexto, a Universidade precisa estar preparada para oferecer aos alunos a formação de que eles necessitam para atender aos seus anseios pessoais e profissionais. A presente pesquisa busca resposta para o seguinte problema de investigação: como se encontram os cursos de graduação da UFES em relação às atividades interdisciplinares em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs)? Assim, definiu-se, como objetivo geral, estudar a situação dos referidos cursos quanto a presença de atividades de caráter interdisciplinar em seus PPCs e matrizes curriculares e, por decorrência, os seguintes objetivos específicos: analisar a situação dos cursos de graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, dentro da área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas quanto às atividades de caráter interdisciplinar em seus projetos pedagógicos; mapear a situação da matriz curricular desses cursos, quanto à inserção de atividades de caráter interdisciplinar, exigidas pelas normas vigentes; propor um projeto integrador de disciplinas para os PPCs. A abordagem de pesquisa adotada foi a de natureza qualitativa. O levantamento dos dados foi feito utilizando as modalidades de pesquisa documental, descritiva e bibliográfica. A análise dos dados mostrou que a interdisciplinaridade é uma diretriz cobrada de forma ampla pela legislação adotada pela UFES para consecução dos PPCs dos cursos, porém, a análise dos PPCs e matrizes curriculares dos cursos estudados demonstrou que nenhum deles traz de forma clara em seu escopo a forma com que a interdisciplinaridade é operacionalizada dentro dos cursos.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Projeto Pedagógico. Matriz Curricular. Interdisciplinaridade. Projeto Integrador.

## ABSTRACT

Over the years, not only has society changed but also the role that the University plays within it, and for this, the teaching-learning processes also has to evolve in order to supply not only the market, but also the expectations of the students nowadays. In this context, the University needs to be prepared to offer students the training they need to achieve their personal and professional longings. The present research seeks to answer the following research problem: how are the UFES undergraduate courses in the area of Applied Social Sciences of the Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, in relation to the interdisciplinary activities in their Pedagogical Projects of Courses (PPCs)? Thus, it was defined as a general objective, to study the situation of these courses regarding the activities of an interdisciplinary nature in their PPCs and curricular matrices and, consequently, the following specific objectives: to analyze the situation of undergraduate courses of the Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas of UFES, within the area of knowledge Applied Social Sciences regarding the interdisciplinary character activities in their pedagogical projects; mapping the situation of the curriculum of these courses, as to the insertion of interdisciplinary activities of character, required by current norms; to propose an integrator project for Pedagogical Projects of Courses. The research approach adopted was qualitative in nature. The data collection was done by using documental, descriptive and bibliographic research modalities. The data analysis showed that interdisciplinarity is a guideline widely charged by the legislation adopted by UFES, to achieve the PPCs of the courses. The analysis of the PPCs and curriculum of the courses studied showed that none of them clearly brings in their scope the way that interdisciplinarity is operationalized.

**Key words:** Higher Education. Pedagogical project. Curriculum. Interdisciplinarity. Integrator Project.

## LISTA DE SIGLAS

BDTD – Banco de Teses e Dissertações  
CEA – Comissão Especial de Avaliação  
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CES – Câmara de Educação Superior  
CFA – Conselho Federal de Administração  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNRES – Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
ENC – Exame Nacional de Cursos  
ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
GERES – Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior  
IES – Instituição de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
Teixeira  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública  
NDE – Núcleo Docente Estruturante  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária  
PPC – Projeto Pedagógico de Curso  
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais mudanças após a reforma de 1968.....	14
Quadro 2 – Currículo do Curso de Formação em Administração Pública da EBAP entre 1952-1954 .....	27
Quadro 3 – Currículo mínimo do curso de Administração em 1966 .....	28
Quadro 4 – Currículo mínimo do curso de Administração em 1993.....	28
Quadro 5 – Currículo mínimo de Administração em 2005.....	30
Quadro 6 – Paradigmas tradicional e da complexidade na educação.....	36
Quadro 7 – Desafios e obstáculos à prática interdisciplinar.....	38
Quadro 8 - Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos.....	41
Quadro 9 – Diretrizes institucionais da UFES que contemplam a interdisciplinaridades nos PPCs .....	43
Quadro 10 – PPCs da área de Ciências Sociais Aplicadas do C.....	49
Quadro 11 – Interdisciplinaridade nos PPCs dos cursos analisados.....	50

# SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
1.1 INTRODUÇÃO .....	13
1.2 O CONTEXTO E O PROBLEMA .....	16
1.3 OBJETIVOS .....	19
1.4 PRODUTO TÉCNICO .....	19
1.5 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA .....	20
<b>2 O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>21</b>
2.1 ABORDAGEM E TIPOLOGIA DA PESQUISA .....	21
2.2 CORPUS DA PESQUISA.....	22
2.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS .....	23
2.4 FORMA DE TRATAMENTO DE DADOS PRETENDIDA .....	23
<b>3 APORTE TEÓRICO</b> .....	<b>25</b>
3.1 HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL .....	25
3.2 GESTÃO DO ENSINO NO BRASIL .....	30
3.3 INTERDISCIPLINARIDADE .....	34
<b>3.3.1 Conceitos</b> .....	<b>34</b>
<b>3.3.2 Desafios</b> .....	<b>37</b>
<b>4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>40</b>
4.1 ANÁLISE DO ARCABOUÇO LEGAL .....	41
4.2 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS E MATRIZES CURRICULARES. 46	
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>
<b>APÊNDICE A - Diretrizes para a elaboração dos projetos pedagógicos da UFES</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE B - Projeto Integrador de disciplinas - Proposta</b> .....	<b>64</b>
<b>ANEXO A - Matriz Curricular de Arquivologia</b> .....	<b>73</b>
<b>ANEXO B - Matriz Curricular de Administração (mat)</b> .....	<b>76</b>
<b>ANEXO C - Matriz Curricular de Administração (not)</b> .....	<b>83</b>
<b>ANEXO D - Matriz Curricular de Biblioteconomia</b> .....	<b>86</b>
<b>ANEXO E - Matriz Curricular de Ciências Contábeis (vesp)</b> .....	<b>88</b>

<b>ANEXO F - Matriz Curricular de Ciências Contábeis (not).....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO G - Matriz Curricular de Direito.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO H - Matriz Curricular de Ciências Econômicas .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO I - Matriz Curricular de Serviço Social .....</b>	<b>101</b>

# 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

## 1.1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrar especificamente nas particularidades do ensino de Administração em si e sobre as questões que deram razão ao problema desta pesquisa, faz-se necessária a apresentação de um breve histórico do ensino superior no Brasil para que seja possível compreender suas características e mudanças ocorridas ao longo dos anos.

O início da educação superior laica no Brasil deu-se ainda no período colonial, após a chegada da família real. As primeiras escolas superiores surgiram no Rio de Janeiro e eram voltadas à formação técnica de profissões autônomas, no intuito de suprir as demandas do Estado. Após a proclamação da República em 1889, outras escolas surgiram, localizadas nas grandes cidades (TEIXEIRA, 1989, p. 70). Foi nesse período que, com a Constituição de 1898, o ensino superior foi descentralizado e a sua privatização permitida. (SAMPAIO, 1991).

No início do século XX surgiram, de fato, as primeiras universidades no país como conhecemos hoje. Esse modelo foi seguido por outros estados, no entanto, embora reunidas em um mesmo espaço, as escolas continuaram sem articulação entre si e sem qualquer alteração em seus currículos. Na prática, foram apenas agrupadas em um mesmo lugar. (MENDONÇA, 2000). Nas primeiras décadas surgiram as Universidades de Manaus (1909), de São Paulo (1911), do Paraná (1912) e em 1920 a Universidade do Rio De Janeiro, que reunia três instituições de ensino, quais sejam, Politécnica, Medicina e Direito, a primeira dentro do conceito moderno de Universidade. (MICHELOTO, 2006).

De acordo Cunha (1997), a partir da criação do Ministério da Educação (MEC), várias medidas em relação ao ensino superior foram sendo desenhadas. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, também conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, tratava sobre a constituição do sistema universitário e o padrão de

organização para as instituições de ensino superior. Por meio do Decreto nº 20.179 de 06 de julho de 1931, que dispõe sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos Governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos do reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos, ficou instituído o controle estatal sobre a educação superior.

Em 1931 o Governo Federal cria, também, através do decreto nº 19.850/31, o Conselho Nacional de Educação (CNE). A primeira reforma educacional no Brasil aconteceu ainda em 1930, quando foi autorizado e regulamentado o funcionamento das universidades. Um ponto importante é que essa regulamentação não restringiu a oferta de educação superior ao setor público. Em 1961 foi aprovada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que é, ainda hoje, o mais importante instrumento legal regulamentador da educação no Brasil em todos os níveis.

Em 1968 aconteceu uma nova Reforma Universitária, marcada pela luta de estudantes, docentes e pesquisadores por uma reestruturação do sistema universitário brasileiro. De acordo com Cezarino (2013), as principais mudanças ocorridas são as elencadas no Quadro 1:

**Quadro 1 - Principais mudanças após a reforma de 1968**

Abolição do sistema de cátedra e introdução dos departamentos.
Conselho Federal de Educação fixa o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos.
Criação de institutos centrais reunindo disciplinas que se repetiam pelas faculdades.
Estabelecimento da organização do currículo em duas etapas: o básico e o profissionalizante.
Decreto de flexibilidade curricular, com o sistema de crédito e a semestralidade.
Sistema duplo de organização: vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; e horizontal, com a criação de colegiados que reuniria os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.
Destaque à implantação de cursos de pós-graduação.
O corpo docente teria participação com direito a voto nos órgãos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados.

Fonte: Cezarino (2013).

Para Martins (2009), os efeitos da reforma de 1968 foram paradoxais: por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades públicas, criando condições propícias à articulação das atividades de ensino e pesquisa, formando uma nova geração de pesquisadores; por outro, possibilitou o surgimento de um ensino privado formado por instituições isoladas, sem um viés voltado à pesquisa, mas sim à transmissão pura e simples do conhecimento profissionalizante, formando profissionais voltados para o mercado de trabalho, não necessariamente acompanhando as mudanças sociais em curso, como sempre foi o mote da educação superior pública.

Com o passar dos anos, a busca pelo ensino superior cresceu exponencialmente, porém, com a incapacidade do setor público de absorver essa crescente demanda, aliada a complexas questões político-sociais, o resultado foi um significativo aumento no número de instituições de ensino superior privadas, ou seja, uma expansão que não democratizou o acesso aos cursos superiores, visto que uma significativa parcela da população que não conseguia vaga nas universidades públicas continua sem condições de pagar pelo ensino superior privado.

Segundo o INEP/MEC (2015), no período de 1970 a 1992, o número de instituições de ensino superior cresceu 53% sendo que a categoria “universidade” aumentou 112%, e as unidades isoladas (faculdades), 48%.

A universidade brasileira sofreu novas regulamentações após a democratização do Brasil e da promulgação da Constituição de 1988, cujo capítulo III trata da educação nacional. Em 1996, uma nova versão da LDB foi sancionada e classifica as instituições de ensino superior como universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores e centros educacionais tecnológicos (BRASIL, 1996).

Esse instrumento legal trouxe flexibilidade curricular e desburocratizou currículos cabendo, a cada área de ensino, a elaboração das diretrizes curriculares nacionais para seus cursos de graduação. A LDB traz também, em seu escopo, a necessidade de

avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) não apenas para autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos, mas também para que sejam renovadas suas concessões (BRASIL, 1996).

Após essa breve explanação, pode-se afirmar que ocorreram mudanças substanciais nos paradigmas educacionais, tanto do ponto de vista da evolução da sociedade como um todo como do amadurecimento do que chamamos de arcabouço legal. Entre as mudanças ocorridas, destaca-se a grade curricular dos cursos de graduação, que atualmente é denominada de matriz curricular, sendo condição *sine qua non* para a elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O PPC define os princípios que orientarão a formação profissional e humana dos egressos, alinhados ao conjunto das diretrizes curriculares nacionais atinentes a cada curso superior. Elaborar um PPC é um processo que deve advir de estudos preliminares de uma equipe multiprofissional, com vistas a contextualizar a concepção do curso, sempre balizado pelos preceitos legais que normatizam esse nível educacional.

Por isso, o atraso na implementação das normativas não só fere o princípio legal, como também pode comprometer a qualidade do curso de graduação oferecido à comunidade e a formação dos seus alunos.

## 1.2 O CONTEXTO E PROBLEMA

No Brasil, o MEC é o órgão responsável pela oferta e acompanhamento dos cursos de graduação. Todas as instituições de ensino superior que oferecem cursos nessa modalidade, incluindo as federais, o fazem mediante uma concessão e estão sujeitas à regulamentação oriunda da esfera federal.

A LDB é o instrumento legal mais amplo e abrangente, contendo em seu bojo orientações a todos os níveis de ensino. Para complementar, existem resoluções

emanadas pela Câmara de Educação Superior (CES) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgãos dentro da estrutura do MEC que visam melhorar o escopo do PPC para que o mesmo não somente cumpra os aspectos legais, mas que também possa nortear a formação dos egressos, com vistas a prepará-los da melhor forma possível em sua formação humana e profissional.

O procedimento para funcionamento de um curso de graduação, seja na esfera privada ou na pública, exige a abertura de um processo no MEC, onde existe uma base na qual são inseridas informações pertinentes ao pleito, que são analisadas pelos técnicos do Ministério. Se atendidas as especificações do PPC e outros requisitos, uma comissão deve fazer a avaliação *in loco*, autorizando o funcionamento do curso, cujo reconhecimento pode ser pleiteado após três anos de funcionamento, quando, então, passa por nova avaliação do MEC.

Todo curso possui uma Resolução específica emanada do CNE, que orienta o conteúdo programático de suas matrizes curriculares e direciona a elaboração do PPC dentro de suas especificidades. No caso do Curso de Administração, o documento com as diretrizes curriculares é a Resolução CES/CNE/MEC nº 04 de 13 de julho de 2005, cujo atendimento é mandatório.

No caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), diversos cursos encontram-se em atraso com relação à elaboração de novos projetos pedagógicos que atendam aos parâmetros nacionais, tendo sido realizado um esforço por parte da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para o cumprimento desta exigência, por meio da atualização dos PPCs ou até mesmo de sua elaboração.

Voltando ao curso de Administração, especificamente o caso da UFES, o curso matutino foi criado através da Resolução CONSU/UFES nº 02 de 04 de março de 1969. Em termos de matriz curricular, o que havia, quando da criação do curso, era o parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 307 de oito de julho de 1966, que instituiu

as disciplinas que deveriam fazer parte da formação do estudante de Administração. Não existia um PPC por ainda não haver essa concepção.

No entanto, não foram encontrados registros históricos dos documentos que contém as características do curso e sua proposta pedagógica. O que existia, até então, era uma folha com as disciplinas que integravam o curso e seus respectivos pré-requisitos. O primeiro PPC do curso de Administração da UFES foi elaborado em 2006 e passou por uma revisão em 2009.

Nesse íterim, dentro da proposta do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi criado o curso de Administração noturno da UFES, por meio da Resolução CUn nº 38, de 03 de dezembro de 2007.

Em 2010, com a presença de uma comissão do MEC para avaliação *in loco* para fins de reconhecimento do curso noturno, alguns elementos obrigatórios, regulamentados pelas resoluções superiores e que não estavam contidos no PPC chamaram a atenção. Um desses pontos já havia sido detectado em relação ao curso matutino e, até então, nenhuma providência havia sido tomada a fim de sanar tais irregularidades, quais sejam: atividades/disciplinas de caráter interdisciplinar na matriz curricular (BRASIL, 1999; BRASIL, 2004; BRASIL, 2005; INEP, 2010).

Quando da visita, o instrumento avaliativo para reconhecimento e manutenção de reconhecimento de cursos de graduação, trazia o seguinte conceito de interdisciplinaridade:

É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/idades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado (INEP, 2010, p. 15).

Apesar de alguns esforços envidados pelos colegiados de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), com o objetivo de cumprir a legislação, observa-se que ainda faltam tais atividades na matriz curricular dos dois cursos, matutino e noturno, o que denota não apenas irregularidade no cumprimento da legislação, mas também um

possível prejuízo na formação acadêmica dos egressos. A partir dessa constatação, questiona-se: Como se encontram os cursos de graduação da UFES em relação às atividades interdisciplinares em seus PPCs?

### 1.3 OBJETIVOS

A partir do contexto e do problema apresentados, foi elaborado um objetivo geral, que consiste em estudar a situação dos PPCs dos cursos de graduação da UFES em relação às atividades de caráter interdisciplinar em seus escopos.

Por decorrência, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a situação dos cursos de graduação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, dentro da área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas, quanto ao cumprimento da legislação que versa sobre a interdisciplinaridade em seus PPCs;
- Mapear os PPCs, especialmente as matrizes curriculares dos referidos cursos, quanto à inserção e operacionalização de atividades de caráter interdisciplinar;
- Apresentar uma proposta de Projeto de Integração de disciplinas para os cursos de graduação da UFES.

### 1.4 PRODUTO TÉCNICO

Por se tratar de um mestrado profissional, que possui como um dos objetivos contribuir para a melhoria da gestão de atividades no setor público, o produto técnico proposto é um Projeto Integrador de Disciplinas, com foco na interdisciplinaridade, para compor os Projetos Pedagógicos de Cursos da UFES.

## 1.5 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Ao se considerar o universo alcançado pelas leis e resoluções referentes ao ensino superior no Brasil, a pesquisa ora proposta deveria, a princípio, abarcar esse âmbito. No entanto, por se tratar de uma dissertação, que conta apenas com o mestrando como pesquisador, fez-se necessário um recorte, que pode ser visto em duas dimensões:

- Legal: As resoluções que tratam das atividades interdisciplinares nos PPCs;
- Institucional: A UFES, em cujo contexto será focado, como projeto piloto, o Curso de Administração em suas duas versões, ou seja, matutino e noturno.

A presente pesquisa se justifica pelo fato de haver a necessidade do cumprimento da legislação e, ao mesmo tempo, oferecer aos alunos a oportunidade e acesso a formas de ensino que privilegiem a visão interdisciplinar e de integração dos conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas ministradas.

Sob o aspecto gerencial, os resultados poderão auxiliar não só no cumprimento da legislação, como também na implementação de um mecanismo de gestão que vise à inserção de tais atividades interdisciplinares nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares, orientando os NDEs quanto a sugestões de procedimentos norteadores.

## 2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A partir do problema e dos objetivos elaborados para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário fazer uma reflexão sobre os métodos e procedimentos mais adequados ao campo, notadamente: a abordagem e tipos de pesquisa, as variáveis, as fontes de dados e informações, a forma de coleta e tratamento dos dados.

### 2.1 ABORDAGEM E TIPOLOGIA DA PESQUISA

Dada a natureza dos dados levantados e analisados, a presente pesquisa teve abordagem qualitativa, a fim de estudar os cursos de graduação da UFES quanto à inserção de atividades de caráter interdisciplinar, integrador e transversal em seus PPCs.

Conceituar pesquisa qualitativa é muito difícil, pois, de acordo com Gibbs (2002, p. 17), os dados qualitativos mostram uma grande diversidade e não incluem medidas e contagens, envolvendo, praticamente, toda forma de comunicação, seja ela escrita, visual, auditiva, comportamental ou qualquer outra de suas formas. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca conhecer, descrever, analisar e explicar fenômenos através de uma grande variedade de procedimentos que podem ser adotados.

Para fazer o levantamento dos dados necessários para a pesquisa, foram utilizadas as modalidades de pesquisa documental, descritiva e bibliográfica.

A pesquisa documental, para Gil (2002), pode fornecer ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes podendo, assim, evitar perda de tempo e constrangimento, que podem acontecer quando os dados são obtidos de forma direta das pessoas. Ela teve a finalidade de conhecer e analisar documentos existentes na base institucional da UFES, além de estudar o arcabouço legal que fomenta as ações do MEC quanto à fiscalização das Universidades a respeito do cumprimento das normativas.

A pesquisa descritiva que, para Andrade (2002) e Gil (2002), consiste em descrever características de determinada população ou fenômeno, visou ao atendimento do objetivo de fazer um mapeamento da situação dos PPCs dos cursos de graduação da UFES que foram objeto de estudo desta pesquisa. Para os citados autores, a característica mais significativa desse tipo de pesquisa é utilização de técnicas padronizadas para coletar dados.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para verificar a existência de pesquisas anteriores, na forma de artigos científicos, dissertações e trabalhos relevantes de autores que tratem o assunto estudado. Para Gil (2002, p. 51), as pesquisas bibliográfica e documental são semelhantes e a maior diferença entre elas reside na natureza da fonte: no primeiro caso vale-se, primordialmente, da contribuição de diversos autores sobre o tema e no segundo, utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, apesar de já terem sofrido algum tipo de tratamento.

## 2.2 CORPUS DA PESQUISA

A priori, pretendeu-se pesquisar a matriz curricular de todos os cursos de graduação da UFES, porém, por tratar-se de uma dissertação de mestrado que conta com apenas um pesquisador para levantamento e tratamento dos dados, um recorte foi necessário.

Dessa forma, foram selecionados os cursos de graduação do CCJE da UFES, inseridos dentro da área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, definidas pelo CNPq, onde se encontra os cursos de graduação em Administração, que é de onde partiu o problema de pesquisa.

Assim sendo, os cursos pesquisados foram Administração (matutino e noturno), Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis (vespertino e noturno), Direito, Economia e Serviço Social.

### 2.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

O instrumento de coleta de dados apropriado para operacionalizar o tipo de pesquisa proposto foi o levantamento documental e bibliográfico. Esses dois tipos de pesquisa, por vezes, se confundem. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida, primordialmente, a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa abrange todo tipo de material que já foi publicado sobre o tema. Para Raupp (2006), o que diferencia a pesquisa documental da bibliográfica é que, na primeira baseia-se em material que ainda não recebeu tratamento analítico, visando, assim, tratar a informação “bruta”.

No caso da documentação referente à UFES, a busca será feita nos sites institucionais e na própria base documental dos órgãos internos, mais especificamente, na PROGRAD, onde será feito o levantamento dos PPCs dos cursos objeto de estudo desta pesquisa. Outras plataformas foram também utilizadas, particularmente as do Ministério da Educação, que tratam do tema em estudo.

Para a pesquisa bibliográfica foram realizados levantamentos nos Periódicos Capes, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em busca de estudos similares para compor o aporte teórico.

### 2.4 FORMA DE TRATAMENTO DE DADOS

Após o levantamento documental, foi feita uma triagem nos PPCs a fim de identificar aqueles que contêm ou não, em suas matrizes curriculares, atividades de caráter interdisciplinar. Foi necessário analisar as resoluções específicas a fim de verificar se essas atividades têm exigências e formatos diferenciados.

Como foco mais específico, foram analisados os instrumentos regulatórios referentes ao curso de Administração, a fim de aprofundar o estudo neste recorte, visando à consecução de um Projeto Integrador de Disciplinas, como produto técnico.

Todos os documentos foram analisados na perspectiva qualitativa, extraindo-se dos textos os conteúdos relevantes para mapear a situação dos cursos de graduação da UFES, dentro do recorte proposto, à luz da legislação pertinente a cada curso, considerando a possibilidade de elaboração de um manual orientador aos coordenadores de curso.

### 3 APORTE TEÓRICO

#### 3.1 HISTÓRIA DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Comparando-se os achados na literatura sobre o ensino da administração no Brasil com o resto do mundo, é possível afirmar que a estruturação dos cursos superiores em Administração no Brasil tem uma trajetória recente.

Motter Júnior (2012) salienta que, por conta da demanda de profissionais que atuassem na área de comércio, devido à conjuntura econômica da época, foram criadas a Academia de Comércio do rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo no início do século XX, porém, não eram cursos regulamentados, o que só veio a acontecer em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

No ano seguinte, o Decreto-lei nº 20.158 de 30 de julho de 1931 institucionalizou o primeiro curso de Administração e Finanças. Politicamente falando, era o início da chamada Era Vargas, período que foi marcado por uma forte centralização das atividades do Estado, culminando na criação de diversos órgãos dentro da estrutura da máquina pública. O MESP é um desses órgãos, fruto da burocratização nesse primeiro governo de Getúlio Vargas.

Nas palavras de Nicolini (2013, p. 373), “[...] a forte presença do capitalismo industrial à época gerou a necessidade de uma reestruturação do Estado, edificando-o de forma mais administrativa em detrimento de um Estado restrito ao funcionamento do sistema político[...]”. Isso fez com que a ciência da administração começasse a ganhar importância não somente como atividade profissional, mas também como campo de ensino e pesquisa.

A partir dessa mudança de paradigma dentro do Estado brasileiro, o estudo da Administração conquistou cada vez mais espaço. Prevendo as necessidades de profissionais que poderiam surgir no Brasil, o padre jesuíta Roberto Sabóia de Medeiros

criou, em 1941, a Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN), em São Paulo, considerada a primeira escola de Administração do Brasil e da América Latina, reconhecida formalmente em 1959 e inspirada pela *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard (ANDRADE; AMBONI, 2004).

Os recursos para sua criação vieram de empresários paulistas, os quais vislumbravam a necessidade de formar técnicos de nível superior que fossem capazes de dirigir empresas de comércio e indústrias (NICOLINI, 2003).

Para reforçar a compreensão sobre o assunto, é importante citar, também, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938, com o objetivo de ser o braço administrativo do Estado. Dentro do contexto de um Estado cada vez mais voltado para a ciência administrativa, o DASP pode ser considerado um protagonista no ensino da administração pública e formação de técnicos em administração (COELHO, 2006).

Foi nesse cenário que o então presidente do DASP, Luís Simões Lopes, engajou-se para a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, uma instituição com foco no ensino estudo da Administração enquanto ciência (MOTTER JÚNIOR, 2012).

Entre o período de 1944 e 1952, várias ações foram articuladas pela FGV e técnicos do DASP, com a finalidade de institucionalizar o estudo de Administração pública como superior, o que culminou na criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), seguida da criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, destinada a formar profissionais especialistas nas técnicas de gerência empresarial, atendendo às expectativas do mercado. (NICOLINI, 2000; COELHO, 2006).

Após análise dos trabalhos dos citados autores, pode-se depreender que o primeiro curso de Administração propriamente dito nasceu em 1952, oferecido pela EBAP. Andrade (2004) chama esse de o primeiro ciclo de ensino em administração. O Quadro 2 traz as disciplinas que compunham o currículo do chamado “curso de formação em

administração” por não haver, ainda, regulamentação do mesmo. Uma breve análise demonstra o caráter burocrático, focado no “como fazer”, externalizado no currículo quando de sua implementação.

**Quadro 2 - Currículo do Curso de Formação em Administração Pública da EBAP entre 1952-1954**

1º ano/1º semestre	2º ano/1º semestre	3º ano/ 1º semestre
Psicologia Sociologia Economia Estatística <i>Disciplina Eletiva</i>	Ciência Política História Contemporânea Problemas da Vida Rural Direito Público <i>Disciplina Eletiva</i>	Direito Administrativo Filosofia Política Finanças Públicas Relações Públicas Elementos da Administração Pública
<b>1º ano/ 2º semestre</b> Psicologia II Sociologia II	<b>2º ano/2º semestre</b> Ciência Política II Cultura Brasileira contemporânea	<b>3º ano/ 2º semestre</b> Direito Administrativo II Elementos de Administração Pública II
Economia II Antropologia Cultural <i>Disciplina Eletiva</i>	Problemas da vida urbana Inst. Governamentais Comparadas Disciplina Eletiva	Governo e Administração no Brasil Administração municipal Método de Pesquisa em Administração Pública
Disciplinas Eletivas		
História da Filosofia Geografia Econômica Língua Inglesa Língua Francesa	Contabilidade Geral Testes e medidas Compras e Suprimentos Administração de Pessoal	

Fonte: FGV/EBAP (1954, apud COELHO, 2006, p. 27).

Até o início da década de 1960, outros cursos de Administração surgiram em outras universidades. Com o crescimento dos estudos em Administração, a profissão de Técnico em Administração foi regulamentada através da lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965, a qual também cria o Conselho Federal de Administração (CFA), que tem como missão “promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país” (CFA, 2018).

Em 1966 surge o primeiro currículo mínimo, aprovado pelo CFE por meio da resolução nº 307 de 08 de julho de 1966, para o curso de Administração no Brasil. As disciplinas de que dispunha tal currículo encontram-se elencadas no quadro 06:

**Quadro 3 - Currículo mínimo dos cursos de Administração em 1966**

Matemática	Contabilidade
Teoria Econômica	Psicologia
Sociologia	Instituições de Direito Público e privado
Legislação Tributária	Teoria geral das Organizações
Administração de Pessoal	Administração de Material
Estatística	Legislação Social
Economia brasileira	Administração Financeira e Orçamento

Fonte: Comini (1994, apud Cezarino 2013, p. 56).

Segundo Comini (1994), citado por Cezarino, 2013, além das disciplinas citadas no Quadro 3, a resolução também previa seis meses de estágio obrigatório, sendo a duração total do curso fixada em 2.700h/aula. O currículo citado permaneceu vigente até 1993.

Em 1991 o CFE organizou, no Rio de Janeiro, o Seminário Nacional Sobre Reformulação Curricular dos Cursos de Administração, com objetivo de criar um currículo integrador para os cursos de todo o país, porém, o mesmo ainda se mantinha dentro do perfil tradicionalista. (NICOLINI, 2003). CFE aprovou a primeira grande mudança no currículo do curso de Administração que foi, então, regulamentado através da Resolução nº 02/93.

O Quadro 4 mostra as mudanças desse segundo momento curricular. Cezarino (2013) destaca que além da introdução de novas disciplinas, como Informática, assim como uma melhor especificação de outras de formação profissional, os fatos mais relevantes foram: 1) o aumento da duração total do curso para 3.000h/aula; 2) a flexibilização da distribuição de 960h/aula de matérias eletivas e 3) separação entre matérias de formação básica e de formação profissional.

**Quadro 4 - Currículo mínimo dos cursos de administração em 1993  
(continua)**

<b>Formação Básica e Instrumental – 720horas – 24% do total de horas</b>	
Economia	Direito
Matemática	Estatística
Contabilidade	Filosofia

(conclusão)

Psicologia	Sociologia
Informática	
<b>Formação Profissional – 1020 – 34% do total de horas</b>	
Teorias da Administração	
Administração Mercadológica	
Administração da Produção	
Administração de Recursos Humanos	
Administração Financeira e Orçamentária	
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	
Administração de Sistemas de Informação	
Organização, Sistemas e Métodos	
<b>Disciplinas Eletivas e Complementares – 960h – 32% do total de horas</b>	
<b>Estágio Supervisionado – 300 horas – 10% do total de horas</b>	

Fonte: Comini (1994 *apud* Cezarino 2013, p. 57)

Na visão de Nicolini (2003) e Cezarino (2013), o currículo de 1993 buscou afastar o profissional de administração da mera formação tecnicista para uma formação mais próxima à generalista. Destacam, ainda, que um componente importante da Resolução nº 02/93 é a possibilidade de criar habilitações específicas para o curso de Administração, ajustando-o aos avanços da ciência e tecnologia.

Reitera-se que a educação superior no Brasil passou por uma grande transformação após a promulgação da nova LDB, em 1996. Ela é um marco referencial para todo o processo de reestruturação dos cursos. A LDB traz, em seu escopo, uma nova forma de interação entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.

A LDB é um marco na flexibilização das matrizes curriculares, pois ela desvincula a necessidade de um currículo mínimo para a prática profissional, conferindo uma grande autonomia às Instituições de Ensino Superior (IESs) em suas propostas pedagógicas e foi ela a grande balizadora do terceiro momento de mudança na matriz curricular dos cursos de Administração.

Dentro desse novo contexto, surge a resolução CSE/CNE nº 01, de 02 de fevereiro de 2004, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Administração,

Bacharelado, posteriormente revogada pela resolução CSE/CNE nº 04 de 13 de julho de 2005, principal balizador de obrigações vinculadas à sua matriz curricular.

Após a promulgação da supracitada Resolução, a matriz curricular do curso de Administração afastou-se do caráter rígido, normativo e engessado para abarcar um currículo mínimo mais flexível e diversificado, diferenças abordadas no Quadro 5:

**Quadro 5 - Currículo mínimo de Administração em 2005**

<b>Conteúdos de Formação Básica:</b> Estudos Sociológicos, Antropológicos, Filosóficos, Psicológicos, Ético-Profissionais, Políticos, Comportamentais e Contábeis, Tecnologias de Comunicação e Informação; Ciências Jurídicas
<b>Conteúdos de Formação Profissional:</b> Teoria da Administração e das Organizações; Administração de Recursos Humanos, Marketing, Produção e Logística; Financeira e Orçamentária; Sistemas de Informações; Planejamento Estratégico e Serviços.
<b>Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias:</b> Pesquisa operacional, Teoria dos Jogos, Modelos Matemáticos e Estatísticos, Aplicação de Tecnologias na utilização de estratégias inerentes à Administração.
<b>Conteúdos de Formação Complementar e o estágio (até 20%):</b> Estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar
<b>Total:</b> 3.000 horas

Fonte: Cezarino (2013, p. 59)

Após análise da legislação e da evolução das matrizes curriculares ao longo dos anos, pode-se afirmar que foi a partir de 2005 que a interdisciplinaridade e a transversalidade aparecem como diretrizes que orientam a elaboração do projeto pedagógico do curso de administração.

### 3.2 GESTÃO DO ENSINO NO BRASIL

A educação no Brasil, desde sua formalização/institucionalização, é uma responsabilidade do Estado, dos anos iniciais à pós-graduação. Isso não significa que a oferta de educação formal deva sempre partir do poder público. Como citado

anteriormente, a Constituição de 1891, já autorizava a iniciativa privada a ofertá-la, porém, sempre sob a tutela do Estado. Nos dias atuais, a Constituição Federal diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988 art. 205).

Quanto aos cursos superiores, o Estado é quem autoriza a abertura, estabelece indicadores de qualidade, avalia e determina o fechamento, nas esferas pública e privada. Esse controle é feito através do MEC e de outros órgãos, como o CNE.

Conforme a sociedade evoluiu, assim aconteceu, também, com os cursos superiores, e continua acontecendo. Desde sua concepção até a forma que é conhecida hoje, a educação superior passou por reformas, novos regulamentos, leis, diretrizes e muitos paradigmas quebrados. Se, a princípio, a formação superior era voltada para a formação intelectual da elite, hoje ela é voltada para o mercado, muito disso devido à expansão da oferta de educação superior pelo setor privado.

Após a Reforma Universitária de 1968, o setor privado cresceu muito, visto que as universidades públicas não conseguiam absorver a demanda cada vez maior por cursos superiores (MARTINS, 2009). O crescimento da oferta de ensino superior nas instituições públicas também cresceu nas décadas seguintes. Nesse ínterim, o surgimento da primeira LDB fortaleceu ainda mais a expansão do “novo” ensino superior.

De acordo com Martins (2002), pode-se citar a não exclusividade do acesso por parte da elite como uma das principais mudanças ocorridas, no século passado, em relação ao curso superior, destinando-se, também, ao atendimento da “massa”. O MEC orientou, em 2003, uma nova reforma com vistas a aumentar o acesso da população ao ensino superior nas universidades pública, sendo o Programa Universidade para Todos (PROUNI) uma das primeiras iniciativas governamentais nessa direção. (CORBUCCI, 2004).

Com o crescimento do número de oferta de cursos superiores no Brasil, em 1996, o MEC implantou a política de avaliação de cursos através do Exame Nacional de Curso, conhecido como Provão, seguindo orientações contidas na LDB. No mesmo ano, o governo federal publicou o Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996, o qual estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior (BRASIL, 1996).

Esses foram os primeiros passos em direção à avaliação das condições de oferta dos cursos superiores no Brasil pelas instituições públicas e privadas e também uma busca por avaliar os padrões de qualidade das mesmas (GOMES, 2002).

Após algumas evoluções, os cursos superiores, nos dias atuais, são avaliados através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004 e, para coordená-lo, criou-se a Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A Portaria nº 2.051/2004 do MEC, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, diz o seguinte:

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (MEC, 2004, art. 1º)

As atividades relativas à avaliação de cursos são operacionalizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No instrumento de Avaliação para avaliação de Reconhecimento de Cursos de Graduação do INEP (2018, p.6), o mesmo possui três dimensões de avaliação, quais sejam, organização Didático- Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.

O Sistema avalia os aspectos relacionados a essas três variáveis, com foco no ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão, corpo docente e instalações, além de todos os aspectos que giram em torno desses três

eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

Ainda de acordo com o mesmo documento do INEP (2018, p. 5), dentro do âmbito do SINAES, os cursos superiores passam por 3 tipos de avaliação: de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento, essa última a cada 3 anos.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está inserido dentro do contexto de avaliação. Legalmente, o PPC fundamenta-se na LDB, no parecer CNE/CES nº 67/2003, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de curso, se houver, e em legislações correlatas. Na avaliação *in loco* dos cursos de graduação, os seguintes documentos são considerados: Projeto Pedagógico do Curso, Plano de Desenvolvimento Institucional e Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, quando houver.

Pode-se definir o PPC, em termos simples, como a identidade do curso. É ele que fomenta as atividades e planos de ação para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno. Ele é uma construção coletiva, interdisciplinar e busca consolidar as diretrizes legais com o contexto em que está inserido. É fruto de estudo e reflexões para a consecução de um objetivo e o melhor caminho para atingi-lo.

Para Veiga (2000), não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”. Pode-se dizer, com isso, que o PPC é um projeto que não tem fim em si mesmo e precisa ser constantemente atualizado. Sobre ele, a supracitada autora diz:

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo a relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão da totalidade (Veiga, 2000, p. 14).

Pode-se afirmar, portanto, que a importância do PPC não se resume a mera formalidade, mas também no fato dele ser um importante instrumento que visa alinhar a

formação crítica de conhecimento do egresso à realidade. Em relação à Ufes, o arcabouço legal que dá as diretrizes quanto à elaboração dos PPCs encontra-se no Apêndice A.

### 3.3 INTERDISCIPLINARIDADE

#### 3.3.1 Conceitos

Estudos sobre e a interdisciplinaridade não são novos no campo das ciências, porém, com a compreensão que se tem hoje, pode-se afirmar que ela surge naturalmente, conforme o sujeito percebe o mundo e com ele interage. Antes de conceituar interdisciplinaridade e analisar sua evolução ao longo dos anos, faz-se necessário compreender o termo disciplina e sua importância no processo de ensino-aprendizagem. Em sua obra “A cabeça bem-feita”, Morin traz a seguinte explicação:

A Disciplina é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela instituiu a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias (MORIN, 2002, p. 105).

O mesmo autor afirma que a visão segmentada do saber começou a ser questionada décadas atrás por diversos autores, por considerá-la insuficiente para enfrentar situações de instabilidade, imprevisibilidade e desafios.

Segundo Moraes (2002), uma realidade complexa requer um pensamento sistêmico e abrangente, capaz de reconhecer essa complexidade e construir um conhecimento que leve em conta tal amplitude. Visando superar a fragmentação em que se encontrava a ciência, surgiram, na metade do século passado, as primeiras abordagens teóricas sobre interdisciplinaridade.

Ante um mundo cada vez mais globalizado, ministrar diversas disciplinas de forma isolada não proporciona ao estudante uma visão do mundo em suas diversas nuances e complexidade. É preciso a formação de pensamento sistêmico para tentar compreender a realidade mutável que nos cerca e a interdisciplinaridade surge como uma nova perspectiva para superar as limitações do ensino fragmentado da escola tradicional.

Fazenda (1999) afirma que o movimento em torno da questão da interdisciplinaridade começou, principalmente, na Europa, na década de 1960 e chegou ao Brasil na década de 1970, quando a preocupação fundamental era a explicitação terminológica. O primeiro pesquisador que escreveu sobre o tema, no Brasil, foi Hilton Japiassu, influenciado pela obra do epistemólogo francês Georfes Gusdorf.

Ele apresentou vários questionamentos a respeito do tema em sua obra “Interdisciplinaridade e patologia do saber”, em 1976. Segundo o referido pesquisador:

O fenômeno interdisciplinar tem dupla origem: uma interna, tendo por característica principal o remanejamento geral do sistema das ciências, que acompanha seu progresso e sua organização; outra externa, caracterizando-se pela mobilização cada vez mais extensa dos saberes convergindo em vista da ação (JAPIASSU, 1976, p. 42-43).

O termo interdisciplinaridade não possuiu um sentido único, varia em seu nome e em seu significado. Não existe um estudo absoluto sobre o tema, já que conceituá-la depende da particularidade de cada um, de suas vivências e experiências.

Nesse mesmo sentido, Fazenda (1999), ao tentar elucidar o termo interdisciplinaridade, acaba por constatar que o mesmo não possui um sentido estável, porém, em meio a todas as distinções terminológicas sobre o tema, todas têm a mesma base, que é a troca de conhecimento e a integração de disciplinas dentro de um mesmo projeto.

Em termos educacionais, a abordagem interdisciplinar tem o condão de abordar e interligar diferentes disciplinas, unindo várias áreas de conhecimento em busca de um

pensamento novo. Mesmo não se encerrando em um conceito imutável, alguns pesquisadores registraram o entendimento que têm sobre a interdisciplinaridade.

Japiassu (1976) diz que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela troca entre os especialistas e grau de interação entre disciplinas dentro de um mesmo projeto. Para Gadotti (2007), a interdisciplinaridade é um processo construtivo onde o sujeito absorve conteúdos de forma a perceber suas interconexões, tornando-se capaz de perceber a realidade em uma nova perspectiva.

Para Amboni (2012), é preciso trabalhar o ensino-aprendizagem através de um currículo que estabeleça os princípios do diálogo, diferente dos currículos elaborados sob a ótica tradicional, que o vê sob o aspecto instrucional, com disciplinas compartimentadas e sem comunicação. O quadro 6 menciona alguns dos aspectos que permeiam os currículos dentro do paradigma tradicional e do paradigma da emergente.

**Quadro 6 – Paradigmas tradicional e da complexidade na educação**

<b>Paradigma Tradicional</b>	<b>Paradigma da Complexidade</b>
Disciplinas estanques Sala de aula em linha de montagem Aprendizagem como produto Professor apenas ensina Conhecimentos certos Autoritarismo Ênfase nas partes Aluno como ser passivo	Integração dos assuntos Domínio do processo Aprendizagem como processo Professor ensina e aprende Conhecimento mutável Diálogo Ênfase no todo Aluno como ser ativo

Fonte: Amboni (2012, p. 305).

Tão importante quanto compreender a amplitude do termo interdisciplinaridade é diferenciar sua amplitude. Vários autores citam possíveis classificações de nível de interdisciplinaridade, sendo a mais conhecida, na opinião de Fazenda (2006), Gadotti (2007) e Santomé (2001), a apresentada pelo pesquisador austríaco Erich Jantsch no Seminário da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1979, qual seja: a) **Multidisciplinaridade**: várias disciplinas justapostas em torno de um mesmo tema, sem que haja relação entre os professores de cada uma delas; b)

**Pluridisciplinaridade:** neste nível, a ideia de complementaridade sobressai ao de integração. É, de fato, o relacionamento das disciplinas entre si, com coordenação por parte de uma dentre elas, estabelecendo-se objetivos comuns entre aquelas de mesmo nível hierárquico; c) **Interdisciplinaridade:** não ocorre a mera justaposição ou complementaridade entre os elementos das disciplinas, mas uma nova combinação de elementos internos e estabelecimento de trocas em torno da tarefa a ser desempenhada. É o grau mais avançado de relação entre as disciplinas; e d) **Transdisciplinaridade:** aqui não há limites entre as disciplinas e o nível de coordenação entre elas ultrapassa o plano das interações. É um nível superior de interdisciplinaridade e coordenação, o ápice das relações iniciadas nos níveis anteriores.

Contextualizando para o caso do curso de Administração, o qual gerou o presente problema de pesquisa, a Resolução CNE nº 04/2005, ao incluir o tema como diretriz, mostra a sua importância na formação do egresso. Ela diz o seguinte:

O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

(...)

**IV – Formas de realização da interdisciplinaridade;**

**V- modos de integração entre teoria e prática; (...)** (BRASIL, 2005, art. 1º)

Ante o exposto, Cezarino (2015) diz que cabe à interdisciplinaridade operacionalizar espaços e projetos para que os alunos relacionem os conteúdos. Sendo esta última, por sua praticidade e importância para a formação e matriz curricular dos cursos de administração.

### 3.3.2 Desafios

Quando estudamos a interdisciplinaridade, pensar em sua operacionalização dentro de um modelo de ensino tradicional parece um tanto paradoxal, afinal, tal processo requer a quebra de diversos paradigmas, como a mudança da matriz curricular, inovação de

metodologias pedagógicas e adesão à atividades de integração disciplinar que, na prática, vai de encontro ao tradicionalismo predominante.

Assim sendo, são muitos os desafios que a prática da interdisciplinaridade traz para a realidade da graduação. Uma mudança estrutural desse porte deve ser resultado de reflexões constantes dos docentes, da gestão da IES e da compreensão de que as mesmas devem buscar, de forma constante, a evolução na qualidade do ensino ofertada para a comunidade.

Tardif (2012) afirma que quando existe a percepção de que a instituição possui um nível de excelência e, portanto, não vê a necessidade de mudança, esse posicionamento deve ser questionado, pois uma instituição de ensino não deve cometer o erro de permanecer acomodada e inerte: ela precisa estar constantemente em movimento.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que o ensino interdisciplinar surge da idealização de novos objetivos educacionais, novos métodos pedagógicos e de uma nova abordagem do processo de ensino-aprendizagem, cujo foco sai do “monólogo” para a prática dialógica.

Nesse sentido, Fazenda (1999), em sua obra “Interdisciplinaridade: um projeto em parceria”, elenca alguns desafios a serem transpostos para que a prática da interdisciplinaridade se viabilize, os quais estão elencados no Quadro 6, a seguir:

**Quadro 7 - Desafios e obstáculos à prática interdisciplinar**

**(continua)**

<b>Obstáculos epistemológicos e institucionais</b>
Para quebrar as barreiras de comunicação entre as disciplinas, é necessário, primeiramente, quebrar a rigidez das estruturas institucionais.
<b>Obstáculos psicossociológicos e culturais</b>
A falta de formação específica, o medo da perda de prestígio pessoal e a acomodação dificultam a criação de uma equipe especializada, com linguagem comum.
<b>Obstáculos metodológicos</b>
Implementar a metodologia interdisciplinar requer questionar a forma como as disciplinas são desenvolvidas.

**Quadro 7 - Desafios e obstáculos à prática interdisciplinar****(conclusão)**

Obstáculos de formação
Em uma metodologia interdisciplinar, a relação pedagógica passa da transmissão do saber para uma relação de diálogo em que se propõe a construção do conhecimento.
Obstáculos materiais
A operacionalização da interdisciplinaridade requer espaço físico, tempo e orçamento adequado ao que se propõe realizar.

Fonte: Adaptado de Fazenda (1999).

Depreende-se, portanto, que tratar da interdisciplinaridade dentro da concepção de um curso vai além da mera compreensão do tema, mas de práticas, por vezes, desconfortáveis, a princípio, por ser necessário que haja uma grande mudança de perspectiva da instituição e do corpo docente, para que, assim, os mesmos sejam capazes de inserir o aluno em um universo de aprendizado novo, diferente daquele com o qual ele foi habituado.

Tal proposta somente encontra viabilidade caso todos os atores envolvidos estejam dispostos a vencer os desafios surgidos e, assim, deixarem a “zona de conforto” para a “zona de confronto” com realidade.

## 4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo contém os aspectos mais relevantes do tratamento dos dados coletados e a análise dos mesmos, que foi realizada em duas etapas. A primeira contemplou o arcabouço legal, que direciona a criação de PPCs dos cursos de graduação pesquisados, em busca de orientações quanto à inserção das práticas interdisciplinares nos mesmos. Na segunda etapa, foi realizada a análise dos PPCs, com destaque para as matrizes curriculares, a fim de buscar, nesses documentos, o reflexo das diretrizes quanto à presença e operacionalização das atividades de caráter interdisciplinar.

### 4.1 ANÁLISE DO ARCABOUÇO LEGAL

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos superiores, como o próprio nome diz, têm como finalidade proporcionar orientações e direcionamentos para que as IES elaborem os seus PPCs, o que inclui as matrizes dos cursos, com liberdade na escolha de disciplinas, estabelecimento de suas cargas horárias, experiências diferenciadas de ensino-aprendizagem, entre outros aspectos.

Diante disso, é importante destacar que essas características não fazem das diretrizes instrumentos fechados, prontos. Assim, de acordo com a localização geográfica da IES, sua posição no espaço urbano, seu público alvo e as condições econômicas locais, elas poderão se ajustar ao seu contexto. Porém, essas diretrizes, embora de extrema importância, não são as únicas que balizam o PPC de um curso de graduação.

Assim, fez-se necessário buscar e analisar o arcabouço legal que permeia todo o processo construtivo de um projeto pedagógico, todo o conjunto de leis, decretos, resoluções e pareceres emanados do governo federal, bem como aqueles, de natureza intrínseca à IES, para tornar concreta a proposta de implementação de qualquer curso de graduação.

Do ponto de vista operacional da pesquisa, em um primeiro momento foi feita a leitura das Resoluções emanadas da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE) para cada um dos cursos que fizeram parte da amostra selecionada, buscando entender o papel da interdisciplinaridade em suas diretrizes e, também nos procedimentos da própria UFES. Em seguida, buscou-se analisar e identificar se e como a interdisciplinaridade aparece nos PPCs dos cursos selecionados e quais os seus reflexos nas respectivas matrizes curriculares.

As primeiras incursões de campo foram realizadas na Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), que é o órgão, dentro da estrutura da UFES responsável por fazer a análise dos PPCs quanto a sua adequação às normas estabelecidas. O Quadro 7 traz as informações sobre quais cursos contemplam ou não a interdisciplinaridade em suas diretrizes específicas.

**Quadro 8 – Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos**

<b>Curso</b>	<b>Diretriz</b>	<b>Interdisciplinaridade</b>
Administração	Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2005.	Art 2º § 1º IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática;
Arquivologia	Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002.	Não consta
Biblioteconomia	Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002.	Não consta
Ciências Contábeis	Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.	Art 2º § 1º IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática;
Direito	Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004.	Art 2º § 1º IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática;
Economia	Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2007.	Art 2º § 1º IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática;
Serviço Social	Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002.	Não consta

Fonte: Elaboração própria.

A análise das diretrizes específicas para cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Serviço Social mostra que elas não apresentam, em seu escopo, orientações quanto à obrigatoriedade de conter em seus PPCs atividades de caráter interdisciplinar. É preciso, ainda, registrar que o conteúdo dessas normas é muito aberto, com orientações genéricas, quase vagas. Então, se por um lado, existe a liberdade de escolha, por outro, pode haver dificuldade quanto à inserção e forma de operacionalização na elaboração de seus PPCs.

Em relação aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia, as diretrizes específicas são mais completas e trazem explicitamente, no corpo do texto, a necessidade de se ter em seus PPCs formas de realização da interdisciplinaridade e modos de coadunar teoria e prática, conforme segue:

[...] O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em **Administração**, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

[...]

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

[...] (BRASIL, 2005, art. 1º)

[...] O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em **Ciências Contábeis**, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

[...]

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

[...] (BRASIL, 2004, art. 1º)

[...] O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em **Direito**, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

[...]

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

[...] (BRASIL, 2004, art. 1º)

[...] O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em **Ciências Econômicas**, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

[...]

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

[...] (BRASIL, 2007, art. 1º)

Percebe-se a similaridade das normas, provavelmente por se tratar de cursos dentro da mesma área de conhecimento (Ciências Sociais Aplicadas), sendo que algumas competências e habilidades requeridas dos egressos são coincidentes.

Dando prosseguimento, verificou-se que, no âmbito da UFES, para a criação de um PPC de cursos de qualquer área, devem ser observadas 32 normas, levando-se em conta as diretrizes do MEC e as dos órgãos da própria UFES, dispostas no Apêndice A.

Assim, foram analisadas todas as legislações, cuja observação é mandatória. Os resultados encontram-se dispostos no Quadro 8, onde são apresentadas as normas que contém, em seu bojo, a interdisciplinaridade como temática a ser observada quando da elaboração de um PPCs.

**Quadro 9 – Diretrizes da UFES que contemplam interdisciplinaridade nos PPCs**

(continua)

<b>Norma</b>	<b>Assunto</b>
Projeto Pedagógico Institucional da Ufes	Instrumento de gestão acadêmica para projetar a Universidade para o futuro, estabelecendo diretrizes que levem ao seu contínuo avanço institucional.
Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Resolução nº 01 de 17/06/2004	Insstitui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Resolução nº 01 de 30/05/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Lei nº 13.005 de 25/06/2014	Plano Nacional de Educação
Resolução CEPE/UFES nº 46 de 09/10/2014	Dispõe sobre as normas que regulamentam a extensão na Universidade Federal do Espírito Santo.

**Quadro 9 – Diretrizes da UFES que contemplam interdisciplinaridade nos PPCs****(conclusão)**

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFES – 2015-2019	Traça estratégias de gestão nos âmbitos acadêmico, pedagógico e administrativo da Ufes.
Instrução Normativa nº 04 de 01/12/2016 – Prograd/Ufes	Dá as diretrizes para a elaboração dos PPCs da Ufes.

Fonte: Elaboração própria.

Iniciando a análise pela Instrução Normativa nº 04 de 2016, da Pró-Reitoria de Graduação da Ufes, que orienta a elaboração dos PPCs da Ufes, tem-se que, para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, é importante “explicitar as opções de metodologias trabalhadas pelos docentes do Curso e que os espaços de sala de aula, bibliotecas e laboratórios não se constituem como os únicos espaços/tempo disponíveis e desejáveis” (UFES, 2016, p. 06).

No mesmo documento, destaca-se o seguinte trecho:

Deve-se destacar, ainda, que as formas de organização desses espaços/tempo podem ser pensadas seja incluindo práticas interdisciplinares; seja rompendo total ou parcialmente com a estrutura disciplinar e buscando outros arranjos curriculares como o desenvolvimento de projetos integradores; seja destinando maior carga horária para exercícios/simulações em sala de aula; seja prevendo tempo na matriz horária para formação geral, estudo e/ou convivência na Universidade; seja reservando um ou dois dias da semana para a realização de estágios e/ou trabalhos práticos e de campo; seja agregando outras propostas metodológicas. (UFES, 2016, p. 06).

Tal instrução destaca que o Projeto Pedagógico do Curso precisa ser explícito quanto à forma com que tais atividades são organizadas. Em seguida, estudando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), instrumento que baliza a organização e o desenvolvimento da Universidade, a interdisciplinaridade é dada como parte fundamental de inserção da Universidade nos âmbitos regional, nacional e internacional (PDI-UFES/2015-2019, p. 30).

Ainda dentro do contexto do referido PDI, têm-se que a extensão deve ser uma prática “baseada nos princípios da reciprocidade, emancipação, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiprofissionalidade” (PDI-UFES/2015-2019, p. 36).

Tal achado coaduna-se com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), onde foi verificado que a extensão universitária consiste em uma importante ferramenta para a prática da interdisciplinaridade nos cursos, conforme transcrito a seguir:

A extensão universitária está baseada nos princípios de reciprocidade, emancipação, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multiprofissionalidade. É uma atividade acadêmica identificada com os fins da Universidade, desenvolvendo processos educativos, artísticos, culturais e científicos, articulados com o ensino, com a pesquisa e com a assistência de forma indissociável. Tem como propósito contribuir para a promoção da interação dialógica dentro da Universidade e com outros setores da sociedade, favorecendo o surgimento de respostas inovadoras aos desafios locais, regionais e nacionais (PPI/UFES, pag. 25).

O mesmo documento faz menção da importância da flexibilização curricular, afirmando que a mesma:

[...] será efetivada com a adoção de novos currículos e por meio de novos mecanismos de concessão de títulos associados a novos itinerários formativos que envolvam o cumprimento, pelo discente, de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à assistência e a outras atividades complementares (PPI/UFES, p. 40).

Por fim, o documento afirma, ainda à página 40, ser necessário criar oportunidades diferenciadas de integralização de Cursos significa adotar, como prática efetiva, a flexibilidade e a interdisciplinaridade na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Seguindo no âmbito das legislações emanadas pela própria UFES, tem-se, ainda, a Resolução CEPE/UFES nº 46 de 09 de outubro de 2014, que é o instrumento que regulamenta as práticas de extensão, sendo essa uma importante forma de operacionalização da interdisciplinaridade, propiciando toda a regulação necessária para que essa dimensão, de fato, aconteça dentro dos cursos de graduação.

Quanto às legislações federais, a leitura e análise da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 mostrou que a Educação Ambiental é um tema que deve ser tratado quando da realização da interdisciplinaridade. Em seu escopo, consta o seguinte trecho:

“[...] As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 1999, artigo 3º).

Por sua vez, Resolução nº 01 de 30 de maio de 2012 dita, em seu artigo 7º, que os conhecimentos concernentes aos Direitos Humanos podem ser tratados das seguintes formas dentro dos currículos: 1) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; 2) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; 3) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Percebe-se, portanto, que os núcleos docentes estruturantes, responsáveis pela elaboração dos PPCs, dispõem de premissas legais dentro da UFES que permitem que os mesmos inovem na metodologia de ensino, não estando limitados às amarras do processo de ensino-aprendizagem tradicional, onde o professor é o único detentor e disseminador do conhecimento.

Verificou-se, também, que, ainda que algumas diretrizes curriculares específicas não possuam orientações quanto à necessidade dos PPCs conterem atividades ou disciplinas de caráter interdisciplinar, outras diretrizes de observação mandatória abarcam o tema.

#### 4.2 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Em um segundo momento, partiu-se para a análise, especificamente, dos PPCs e matrizes curriculares dos cursos, a fim de verificar se e como as atividades interdisciplinares são contempladas e suas formas de operacionalização.

O primeiro ponto observado, quando de início da análise dos PPCs, foi a dificuldade de acesso aos dados, os quais encontram-se na forma de processos, com vários volumes, dificultando a obtenção das informações, que acabam por não ser uniformes. No caso do PPC do curso de Serviço Social, por exemplo, o processo não foi localizado pelos órgãos responsáveis e o acesso aos dados desse curso limitou-se àqueles contidos na resolução do CEPE/UFES nº 05/2002, que aprova o PPC do curso, e seus anexos.

A análise do PPCs dos cursos delimitados nesta pesquisa mostrou que nenhum deles é claro quanto às questões pertinentes à prática da interdisciplinaridade e como a mesma é operacionalizada dentro da matriz curricular.

O curso de Arquivologia é o que possui o PPC com versão mais recente (2017) e, mesmo tendo passado por recente revisão, não contempla em seu escopo formas de operacionalizar práticas interdisciplinares. Resta frisar que a diretriz específica deste curso não traz em seu escopo a interdisciplinaridade como prática metodológica ou a obrigatoriedade de conter disciplinar com esse caráter em sua matriz curricular, mas diretrizes adotadas pela UFES apontam para essa necessidade.

Quanto ao curso de Administração, embora o PPC inclua a capacidade de realizar a interdisciplinaridade como perfil desejado do egresso, tal orientação não é percebida em sua matriz curricular em nenhuma das duas versões (Anexos B e C). Dentro do caso específico do curso de Administração noturno da UFES, Pugliesi (2016) constatou, através de seus estudos, que o PPC desse curso não contemplava atividades de caráter transversal e interdisciplinar, o que vai ao encontro da presente análise.

Por ser o curso que gerou o problema desta pesquisa, o fato causa preocupação, pois não somente a legislação não está sendo cumprida, como a formação do egresso pode ser seriamente comprometida, deixando a desejar quanto ao seu perfil profissional esperado quando da conclusão do curso.

Paiva, Esther e Melo (2004) enfatizam o fato de que a Administração, por se tratar de uma ciência iminentemente interdisciplinar, depende de diversos campos de conhecimento e ressalta que, dada a complexidade de operacionalizá-la, por vezes ela não é abordada, ocorrendo apenas a justaposição de disciplinas para construir determinado conhecimento.

Em relação ao curso de Direito, embora seu PPC não tenha práticas interdisciplinares inserida em seu escopo, o mesmo conta com um Núcleo de Práticas Jurídicas, o qual está vinculado ao Departamento de Direito da UFES e desenvolve programas de atendimento à comunidade, cursos de extensão, seminários jurídicos, assessoramento técnico e projetos de pesquisa jurídica (UFES, 2018).

Pode-se considerar essa prática como um importante passo de coadunação entre teoria e prática dentro do curso, o que aproxima o aluno da realidade à sua volta. Ainda assim, através da análise dos documentos do curso, não há uma forma clara de como é feita a interdisciplinaridade de conteúdos dentro da matriz curricular, ainda que seja parte da diretriz específica do curso (BRASIL, 2004, art. 1º).

Outro ponto observado é que, em relação aos cursos de Ciências Contábeis e Economia, a prática de atividades de caráter interdisciplinar, quando mencionada, encontra-se dentro do escopo das atividades complementares, as quais não são obrigatoriamente ofertadas pela UFES, ficando a cargo do aluno buscar esse conhecimento.

Nos PPCs de Ciências Contábeis, especificamente, o mesmo traz a informação, dentro do escopo das atividades complementares, de que elas têm o condão de “facilitar a aplicação da interdisciplinaridade e a consequente integração entre os conteúdos curriculares”. Assim, há a possibilidade de que práticas interdisciplinares sejam adotadas nesse contexto, mas não se pode afirmar que elas aconteçam pois, como já abordado, as mesmas são de escolha do discente.

Existem várias formas de desenvolver as atividades complementares e as mesmas estão elencadas nos PPCs, porém, não se pode afirmar que elas propiciem um ambiente interdisciplinar de ensino-aprendizagem. Cita-se como exemplo de atividades complementares elencadas pela UFES a participação em projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, estudo de línguas estrangeiras, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outros departamentos ou outras instituições de ensino superior, reconhecidas pelo MEC.

A seguir, no Quadro 9, a relação dos cursos e a data da última versão dos PPCs em vigência.

**Quadro 10: PPCs da área de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE**

<b>Curso</b>	<b>Resolução que aprova o PPC</b>	<b>Data da versão do PPC</b>
Administração (Mat)	CEPE/UFES nº 36/2007	2007
Administração (Not)	CEPE/UFES nº 52/2010	2010
Arquivologia	CEPE/UFES nº 31/2017	2017
Biblioteconomia	CEPE/UFES nº 82/2007	2007
Ciências Contábeis (vesp)	CEPE/UFES nº 37/2011	2011
Ciências Contábeis (not)	CEPE/UFES nº 14/2007	2007
Direito	CEPE/UFES nº 12/2009	2009
Economia	CEPE/UFES nº 60/2007	2007
Serviço Social	CEPE/UFES nº 05/2002	2002

Fonte: Elaboração própria

Partindo para a análise da matriz curricular dos cursos, nota-se que as mesmas ainda seguem o perfil tradicional, com disciplinas estanques e sem um modo claro de comunicação entre as mesmas. Nelas, não se vislumbram formas de se praticar a interdisciplinaridade. Portanto, tomando por base o conceito de Libâneo (2001) ao se referir ao currículo como o núcleo do projeto pedagógico e viabilizador do processo de ensino e aprendizagem, surgem dúvidas quanto à eficácia e efetividade das matrizes dos cursos em propiciar formas de os alunos vivenciarem a interdisciplinaridade.

Além disso, afirma Fazenda (2008), ao se referir à interdisciplinaridade, que ela deve ir além da interligação das disciplinas, devendo haver um diálogo entre os conteúdos/disciplinas nos semestres, tanto anterior quanto posterior, nos cursos de graduação, para que a prática da interdisciplinaridade aconteça.

De acordo com leitura e voltando ao conceito de interdisciplinaridade, que baliza as ações do INEP enquanto órgão avaliador, percebe-se que o mesmo encontra similaridade com o que explana Fazenda em suas obras. O instrumento de avaliação mais recente do INEP conceitua interdisciplinaridade da seguinte forma:

Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento (INEP, 2017, p. 47)

Analisando-se os PPCs e matrizes curriculares dos cursos à luz de tais conceitos, percebe-se que os mesmos não possuem a interdisciplinaridade como processo metodológico de ensino e não há clareza quanto à forma que ela acontece para atender aos preceitos legais. O quadro 11 mostra em quais pontos dos PPCs estudados foram encontrados os aspectos interdisciplinares.

**Quadro 11- Interdisciplinaridade nos PPCs dos cursos analisados**

	<b>Atividades Complementares</b>	<b>Projetos de Extensão</b>	<b>Perfil desejado do egresso</b>
<b>Administração</b>			
<b>Arquivologia</b>			
<b>Biblioteconomia</b>			
<b>Ciências Contábeis</b>			
<b>Direito</b>			
<b>Economia</b>			
<b>Serviço Social</b>			

Fonte: Elaboração Própria

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu do objetivo de mapear a situação dos Projetos Pedagógicos de Curso e das matrizes curriculares dos cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES quanto à presença de atividades de caráter interdisciplinar nos referidos instrumentos, após a falta de tais atividades ser detectada em uma das avaliações periódicas do MEC, no curso de Administração noturno da UFES.

Após análise da legislação que embasa a elaboração dos PPCs da UFES, resta claro que são muitas as diretrizes que apontam para a necessidade de tais atividades nos PPCs e, por consequência, na matriz curricular, porém, nenhum dos PPCs dos cursos estudados apresentou de forma clara como tais atividades seriam operacionalizadas.

Em sua maioria, os PPCs trazem referência a tais atividades no campo “atividades complementares”, o que não, necessariamente, torna a prática uma realidade, visto que os alunos têm várias atividades como opção de escolha para completar a carga horária de atividades complementares, não havendo uniformidade nessa escolha e não permitindo afirmar que há coadunação entre teoria e prática nas atividades escolhidas por eles.

Outra observação pertinente é sobre a data das versões dos documentos. O PPC mais recente é o de Arquivologia, que foi revisado há um ano. Chama a atenção o fato de, por ser o PPC um instrumento que deveria estar em constante revisão e renovação, encontrarmos documentos que há mais de uma década não recebem um novo olhar por parte dos coordenadores que assumiram a gestão desses cursos e, mais recentemente, por seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes.

Assim sendo, ainda que hoje existam novas e recentes legislações regulamentando a elaboração dos PPCs, os mesmos seguem com versões muito antigas, o que pode refletir em matrizes curriculares que não atendam às necessidades atuais dos alunos.

Além disso, conforme procedimentos internos da PROGRAD, cada exclusão ou inserção de disciplina, entre outros procedimentos, dá origem a uma nova versão do PPC.

O exposto não necessariamente significa que os cursos não atendam, para termos de avaliação do MEC, às suas diretrizes específicas, visto que as mesmas não indicam de forma expressa como a interdisciplinaridade deve ser operacionalizada, ficando a cargo da instituição decidir como realizá-la.

Quando os PPCs da UFES são estudados à luz das práticas metodológicas interdisciplinares, percebe-se que não há clareza quanto a tais procedimentos, ainda que, legalmente, ambos sigam atendendo aos pré-requisitos avaliativos do MEC, o que pode indicar um ruído de comunicação entre as diretrizes, os órgãos avaliadores e os responsáveis pela elaboração dos PPCs.

Quanto às matrizes curriculares, elas seguem o padrão tradicional, com disciplinas trabalhadas de forma estanque e sem inter-relação umas com as outras, afastando o egresso ainda mais das práticas interdisciplinares, quando comparadas com aquelas referenciadas por Ivani Fazenda e outros estudiosos do tema, os quais foram utilizados no aporte teórico desta pesquisa.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, embora a UFES disponha de diretrizes no sentido de criar PPCs embasados nas práticas interdisciplinares, a realidade mostra que os mesmos estão há muitos anos sem novas versões, o que pode ser a causa de matrizes curriculares engessadas.

Tal achado é preocupante, pois a atualização dos mesmos é fundamental para que os alunos disponham de práticas pedagógicas que os aproximem da realidade do mercado em que irão se inserir no futuro, inclusive refletindo em matrizes curriculares sem grandes mudanças nos últimos anos.

Por outro lado, o processo de consecução de um PPC não é tão simples, quando são analisadas as perspectivas institucionais, burocráticas e de interpessoalidade entre aqueles que são responsáveis pela atualização desses documentos.

Deve-se, por tanto, levar em conta as possíveis dificuldades que permeiam o processo, como a morosidade na tomada de decisões e as disfunções da burocracia, por tratar-se de uma Universidade Pública, além da limitação dos Núcleos Docentes Estruturantes quanto a isso. Portanto, sugerem-se pesquisas futuras que busquem estudar o processo de elaboração de um PPC no âmbito da UFES em busca de elucidar as possíveis barreiras enfrentadas pelos NDEs, além da proposição de treinamento específico e novos processos metodológicos que otimizem a atualização desses importantes documentos.

Por se tratar de uma dissertação de mestrado profissional, que tem como um de seus objetivos a criação de produto técnico que possa ser colocado em prática no âmbito da universidade, com a finalidade mitigar problemas administrativos e somar qualidade à atividade-fim da Universidade, propôs-se a um projeto integrador de disciplinas (Apêndice B), baseado em uma experiência positiva e bem-sucedida em uma Faculdade Privada do Mato Grosso do Sul, como projeto piloto de integração de disciplinas na matriz curricular dos cursos de graduação da UFES (Apêndice B).

A fim de fomentar as atividades administrativas e de gestão do ensino da UFES, sugere-se encaminhá-lo aos coordenadores dos cursos estudados para análise de viabilidade, pois a premissa fundamental para que uma nova forma de ensino-aprendizagem aconteça parte da sensibilização do corpo docente. Sem a vontade de mudar e quebrar paradigmas, a interdisciplinaridade continuará sendo, apenas, mais um conceito e não uma realidade prática.

Por fim, sugere-se, também, que mais estudos na área de integração de disciplinas em Projetos Pedagógicos de Curso continuem a ser realizados no âmbito da UFES, mas, principalmente, que sejam vistas como uma possibilidade real de execução na prática,

visto que são poucas as referências de estudo desse tipo em Universidades Públicas do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Gestão de Cursos de Administração: Metodologias e diretrizes curriculares**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BRASIL. Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 15 abr. 1931, p. 5799.

BRASIL. Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 09 jul. 1931, p. 11.120.

BRASIL. Decreto nº 20.179 de 06 de julho de 1931. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 10 jul. 193, p. 11.186.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 out. 1996, Seção 1, p. 20.545u.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 dez. 1961, Seção 1, p. 11.429.

BRASIL. Lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 set. 1965, Seção 1, p. 9337.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27.833.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 abr. 1999, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 26 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**,

**instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2ObqsFd>>. Acesso em 17/07/2018.

BRASIL. Resolução nº 01 de 17 de julho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 2004. Disponível em: < encurtador.com.br/itLOY>. Acesso em 20/10/2018.

BRASIL. Resolução nº 04 de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília DF, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/1wxnhZw>>. Acesso em 15/05/2018.

CEZARINO, Luciana Oranges. **Mensuração da Interdisciplinaridade nos cursos de Graduação em Administração.** 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COELHO, Fernando de Souza. Educação Superior, **Formação de Administradores e Setor público:** Um estudo sobre o ensino da administração pública – em nível de graduação – no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

COMINI, G. M. **Realidade e Perspectivas das Escolas de Administração do Brasil: um Enfoque Estratégico** (Dissertação de Mesrtrado) .São Paulo: faculdade de economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA .História da profissão. Disponível em <<https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao/>>. Acesso em 05/03/18.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer nº 307/1966, de 8 de julho de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 1966.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 02/1993, de 04 de outubro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer nº 67/2003, de 11 de março de 2003. **Diário Oficial da União, Brasília,** 2003.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de Reforma. **Revista Educação & Sociedade,** vol. 25, n. 88, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, nº 101, p. 20 – 49, 1997.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Virtude das forças na prática interdisciplinar**. Campinas: Papirus Editora, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade na educação brasileira: 20 anos**. São Paulo: Criarp, 2006

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção. **Revista Ideação**, v. 10, n. 1, 1º sem. 2008.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1ª ed São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de Avaliação da Educação Superior: Controle e Massificação. **Revista Educação & Sociedade**. V. 23, n. 18, p. 275-298, 2002.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação - 2010**. Disponível em: < encurtador.com.br/hmqzJ>. Acesso em 10/10/2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **“Censo da Educação Superior 2015 – Relação de Tabelas”**. In: *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*. Disponível em: <http:// https://bit.ly/2gmr8v1>. Acesso em 02/05/2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação para Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação - 2017**. Disponível em: < encurtador.com.br/emFM6>. Acesso em 10/10/2018.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas. **Experiências Interdisciplinares no Ensino Superior**. Ponta Porã: EDFAMAG, 2015.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, vol. 17, suplemento 3, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.

MICHELOTTO, M. R. **UFPR: Uma universidade para a classe média**. In: MOROSINI, M. C. (Org) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

MORAES, Maria Cândida. **O Paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. 8ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NICOLINI, Alexandre Mendes. **A graduação em Administração no Brasil: uma análise das políticas públicas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira e Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

NICOLINI, Alexandre Mendes. Fatores condicionantes do desenvolvimento do ensino de administração no Brasil. **Revista ANGRAD**, v. 4, p. 3-17, 2003b.

NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854 – 1952). **Rev. Adm. Pública**, v. 48, p. 367 – 388, 2013.

OLIVEIRA, Rita Patrícia Almeida de. **Análise da prática docente no planejamento e aplicação de sequências didáticas interdisciplinares**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

PAIVA, K.C.M. de; ESTHER, Â.B.; MELO, M.C. de O.L. **Formação de Competências e Interdisciplinaridade no Ensino de Administração: Uma visão dos alunos**. Revista Gestão e Planejamento, v. 5, n. 10, p. 63-77, 2004.

MOTTER JUNIOR, M. D.; PINTO, V. R. R.; Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 4, p. 1-28, 2012.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, I.M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

SAMPAIO, Helena. **A evolução do Ensino Superior no Brasil (1808-1990)**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP, 1991.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos Universitários**. Revista Brasileira de Educação, n.13, Jan/Fev/Mar/Abr., 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UFES. **PDI**: Plano de Desenvolvimento Institucional, 2015-2019. [orgs. Aminthas Loureiro Junior, Déborah Proveti Scardini Nacari, Pedro Paulo Modenesi Martins da Cunha]. Vitória; Alegre; São Mateus: UFES, 2015.

UFES. **PPI**: Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: <[encurtador.com.br/tGMN0](http://encurtador.com.br/tGMN0)>. Acesso em 10/10/2018.

UFES. **Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)**. Disponível em: <http://portal.ufes.br/node/79>. Acesso em 28/10/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Instrução Normativa nº 04 de 01 de dezembro de 2016**. Normatiza as Diretrizes para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso – PPC – no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória: Pró-Reitoria de Graduação, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 46** de 09 de outubro de 2014. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014..

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 36** de 15 de agosto de 2007. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 52** de 28 de setembro de 2010. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 31** de 16 de maio de 2017. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 82** de 19 de dezembro de 2007. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 12** de 16 de abril de 2009. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 60** de 30 de novembro de 2007. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 05** de 08 de janeiro de 2002. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 14** de 27 de abril de 2007. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CEPE/UFES nº 37** de 07 de julho de 2011. Vitória: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CONSU/UFES nº 02** de 04 de março de 1969. Vitória: Conselho Universitário, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Espírito Santo). **Resolução CUn/UFES nº 38** de 03 de dezembro de 2007. Vitória: Conselho Universitário, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

## **APÊNDICE A**

### **DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DA UFES**

#### **GERAIS:**

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20/12/1996.
3. Lei 10.436 de 24/02/2002 – LIBRAS.
4. Projeto Pedagógico Institucional UFES de 25/01/2007.
5. Lei 11.788 de 25/09/2008 – Estágio.
6. Lei 9.795 de 27/04/1999 – Educação Ambiental.
7. Resolução CNE/CP n.º 1 de 17/06/2004 - Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
8. Portaria MEC 1.134 de 10/10/2016 - até 20% de CH na modalidade semipresencial nos cursos presenciais.
9. Resolução CNE/CES n.º 3 de 02/07/2007 - Conceito de hora-aula.
10. Resolução CEPE/UFES nº74 de 14/12/2010 – Estágio.
11. Resolução CNE/CP n.º 1 de 30/05/2012; - Diretrizes para educação em Direitos Humanos.
12. Resolução CEPE/UFES nº53 de 17/12/2012 - NDE/UFES.
13. Lei nº 13.005 de 25/06/2014 - Plano Nacional de Educação.
14. Resolução CEPE/UFES nº46 de 09/10/2014 - Regulamenta a extensão na UFES.
15. Plano de Desenvolvimento Institucional UFES 2015/2019.
16. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 02/2016 -PROEX
17. Instrução Normativa Prograd/UFES nº4 de 1/12/2016 - Diretrizes para elaboração de PPCs, disponível em <<https://bit.ly/2gmr8v1>>. (republicada em 05/03/2018).

18. Instrumento de Avaliação dos cursos de graduação presencial e a Distância (mais recente) – Autorização, disponível em <http://inep.gov.br/instrumentos>

19. Resolução CEPE/UFES nº6 de 22/03/2016 – altera a Resolução nº53/2012 (NDE/UFES);

20. Instrumento de Avaliação dos cursos de graduação presencial e a Distância (mais recente) – Reconhecimento e renovação de reconhecimento, disponível em <http://inep.gov.br/instrumentos>.

21. Diretrizes específicas dos cursos de graduação, disponíveis na página do MEC: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12991&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991&Itemid=866).

22. Instrução Normativa sobre Extensão Universitária, disponível na página da PROEX.

23. Resolução CUn/UFES nº49/2016 – Processo de Avaliação Institucional e CPA.

24. Lei 13.174 de 21/10/15 – envolvimento da educação superior com a educação básica.

25. Guia de Avaliação Institucional, disponível em [http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/curso\\_autorizacao.pdf](http://avaliacaoinstitucional.ufes.br/sites/avaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/curso_autorizacao.pdf)

26. Adequação de Bibliografias para PPCs – disponível em [http://seavin.ufes.br/sites/secretariaavaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/adequacao\\_de\\_bibliografia\\_-seavin.pdf](http://seavin.ufes.br/sites/secretariaavaliacaoinstitucional.ufes.br/files/field/anexo/adequacao_de_bibliografia_-seavin.pdf).

27. Parecer CNE/CES nº 184 de 07/07/06 – até 50% para tempo máximo de Integralização do curso.

28. Parecer CNE/CES nº 8 de 31/01/07 – até 50% para tempo máximo de Integralização do curso

#### **LICENCIATURA:**

1. Orientações sobre Prática como componente curricular, disponível na página do CE: [http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/pratica\\_como\\_componente\\_curricular-\\_possibilidades\\_de\\_organizacao\\_no\\_curriculo.pdf](http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/pratica_como_componente_curricular-_possibilidades_de_organizacao_no_curriculo.pdf)

2. Parecer CNE/CP nº2 de 09/06/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

3. Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

**ENGENHARIAS E ARQUITETURA:**

1. Lei 13.425 de 30/03/2017 – Prevenção e combate a incêndios e desastres.

## **APÊNDICE B**

### **PROJETO INTEGRADOR DE DISCIPLINAS - PROPOSTA**

É perceptível, ainda nos dias atuais, que o modelo de ensino tradicional impera em todo o sistema de ensino brasileiro, da pré-escola ao ensino superior. É majoritária, na prática docente, a divisão do conhecimento em disciplinas isoladas, sem comunicação com as demais.

Trabalhar uma nova metodologia de ensino, distante da tradicional, não é comum nas universidades brasileiras, principalmente nas públicas. Ainda que encontremos disciplinas e práticas relacionadas à interdisciplinaridade em seus projetos pedagógicos e matrizes curriculares, as mesmas seguem o processo de transmissão de conhecimento centrado no professor.

A proposição de um projeto integrador visa dinamizar as matrizes curriculares, de forma a contextualizar o ensino com temas da realidade atual e fortalecer a formação do egresso. Dessa forma, pode-se considerar um Projeto Integrador como uma estratégia didática que trabalha a formação de competência, habilidade, capacidades profissionais e visão de mundo do aluno. É uma forma de olhar para o processo de aprendizagem sob uma nova perspectiva.

Nas palavras Suñe, Araújo e Urquiza (2015), vários sistemas são abarcados através de um currículo integrado, como o perfil profissional a ser desenvolvido pelo aluno e outros pontos, como eixos verticais e horizontais, componentes curriculares, momentos de aprendizagem mediada pelo docente (que podem ser aulas, seminários, trabalhos em grupo) e outros momentos de aprendizagem que favorecem a autonomia, com a realização de tarefas individuais e em grupo.

O objetivo de se propor um currículo diferenciado, voltado para a prática interdisciplinar, é pautado na necessidade de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e oferecer ao egresso uma formação mais próxima à realidade da sociedade do século XXI. Oliveira

(2014), em consonância com Suñe (2015), afirma que muitas práticas podem ser consideradas interdisciplinares, como: as unidades didáticas integradoras, as ilhas interdisciplinares da racionalidade, os momentos interdisciplinares, as sequências didáticas interdisciplinares e a pedagogia de projetos.

A proposta de um Projeto Integrador, dentro deste estudo, baseia-se nos conceitos e propostas interdisciplinares contida nas obras de Ivani Fazenda, aliadas à necessidade de se construir um currículo dinâmico, flexível e alinhado à situação atual em que a Universidade está inserida. Em sua obra “Interdisciplinaridade: um projeto em parceria”, Fazenda afirma que:

O que queremos dizer é que o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva. Tenta, pois, o diálogo com outras fontes do saber, deixando-se irrigar por elas. Assim, por exemplo, confere validade ao conhecimento do senso comum, pois é através do cotidiano que damos sentido às nossas vidas (FAZENDA, 1999, p. 29).

De acordo com a referida autora, para que a interdisciplinaridade encontre seu lugar dentro dos cursos de graduação, o modelo pedagógico disciplinar, fragmentado, precisa evoluir para um modelo de coordenado e interdependente, para que a compreensão de um fenômeno em sua totalidade torne-se possível (FAZENDA, 1999).

Além dos trabalhos de Ivani Fazenda sobre o tema, cita-se, como referência prática e bem sucedida de evolução de um modelo pedagógico disciplinar para o interdisciplinar, o trabalho realizado pela instituição privada Faculdades Magsul, localizada em Ponta Porã-MS, a qual iniciou a implementação de um modelo pedagógico de ensino interdisciplinar em 2006 e hoje possui tal modelo consolidado em todos os sete cursos por ela ofertados.

O Projeto Integrador adotado pelo Senac (2015) também foi usado como parâmetro para adoção de práticas interdisciplinares, visto se tratar de cursos de formação técnica, com forte coadunação entre teoria e prática.

Acreditando que um currículo, nos moldes tradicionais, não atende plenamente às demandas dos alunos e do mercado, propõe-se aqui, nos mesmos moldes, um projeto de integração de disciplinas, com vistas à formação de um profissional diferenciado, ativo dentro do processo de ensino-aprendizagem, crítico e com ampla visão de mundo. A metodologia de projetos surge, nesse cenário, como uma alternativa pedagógica que privilegia a relação dialógica e aprendizagem coletiva, partindo-se da concepção de que o aprendizado nasce da comunhão, da vivência e das experiências colaborativas (SENAC, 2015).

O Quadro 1A elenca as principais vantagens de uma metodologia interdisciplinar de ensino, tanto para o aluno, quanto para o docente e a própria instituição onde eles estão inseridos.

**Quadro 1A**

**Vantagens da interdisciplinaridade como modelo de ensino**

Transcender a mera transmissão de conteúdo e instigar o aluno a fazer reflexões críticas.
Comunicação entre os conteúdos ministrados, levando o aluno a uma maior compreensão do todo.
Afastamento do processo de ensino fragmentado, típico do modelo tradicional
Aluno deixa de ser um espectador e passa a ser um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem.
Percepção da interdisciplinaridade para além do ensino formal
Presença de elementos aglutinadores de disciplinas em todos os semestres, que operacionalizam a interrelação entre os conteúdos ministrados.
Contextualização do ensino com a realidade regional
Conduzir o processo de ensino a partir de uma dúvida em vez de buscar compreender essa dúvida através das disciplinas
Projeto pedagógico, ementas de disciplinas e corpo docente alinhados com a interdisciplinaridade, tornando-a mais factível para o aluno
Maior estímulo do trabalho em equipe e conhecimento compartilhado

Fonte: Adaptado de Josgrilbert (2015)

### **Sensibilização: preparação do corpo docente**

Ao se pensar em interdisciplinaridade como processo pedagógico de ensino, deve-se ter em mente que o processo precisa ser feito em parceria. Instituição e corpo docente precisam estar alinhados com a temática, conhecer a temática e dispostos a enfrentar os desafios de uma proposta tão ousada, que os tirará da zona de conforto. Portanto, ao se pensar em uma mudança nesse sentido, o primeiro passo é sensibilizar o corpo docente com treinamentos e estudos sobre a temática, para que os mesmos sejam diretamente incluídos na elaboração de um novo projeto pedagógico para o curso do qual fazem parte.

Para que haja interação entre as disciplinas, antes de tudo, é preciso que haja interação entre o corpo docente. A comunicação precisa ser eficaz e alinhada à postura da parceria. Essa comunicação precisa ser constante e o planejamento em grupo. Ações como reuniões pedagógicas, treinamentos sobre métodos de ensino e capacitações regulares são algumas das atitudes que podem ser tomadas para preparar os docentes para uma nova realidade.

O corpo docente precisa, também, estar aberto para se livrar o engessamento e das amarras que traz consigo, de suas formações tradicionais, para abraçar o novo.

### **Um novo caminho metodológico no processo de ensino-aprendizagem**

Em consonância com a Metodologia de Projetos do Senac (2015), a proposta aqui apresentada não consiste apenas em uma metodologia de aprendizado, mas também em uma unidade curricular a ser contemplada em todos os semestres dos cursos de graduação.

O primeiro passo para a mudança de um curso de graduação tradicional para o de formação interdisciplinar proposto é a criação de uma disciplina (ou interdisciplina),

chamada “Projeto de Pesquisa Interdisciplinar” (PPI), com a missão de articular a comunicação entre todas as outras disciplinas.

Para tal, o corpo docente precisa estar bem alinhado aos conceitos de interdisciplinaridade e suas práticas, pois, como abordado anteriormente, somente com o corpo docente sensibilizado e comprometido com a prática interdisciplinar é que uma disciplina específica pode ser introduzida na matriz curricular do curso e tal proposta seja introduzida aos alunos.

Josgrilbert (2015) e Senac (2015) afirmam, em seus projetos, que tal unidade curricular deve ter carga horária própria, docente responsável, plano de trabalho próprio e detalhamento de todas as atividades que serão desenvolvidas ao longo do semestre, a fim de operacionalizar a comunicação entre todas as disciplinas.

Uma graduação interdisciplinar começa com a definição de um propósito, o qual se relaciona com a missão e objetivo do curso, e o perfil desejado do egresso, ao fim do mesmo. Josgrilbert (2015), em sua obra “Experiências Interdisciplinares no Ensino Superior”, sugere a criação de uma pergunta condutora para cada curso, baseando-se na realidade local e no perfil desejado do egresso. A partir dela, em cada semestre, uma pergunta norteadora (eixo integrador) é feita, de forma que todas as disciplinas relacionem-se com ela, a fim de gerar um projeto dentro da disciplina aglutinadora (PPI).

Vários podem ser os elementos aglutinadores, que buscam responder à pergunta condutora do semestre, como: leitura de livros com temática apropriada, estudos de caso, ensaios práticos, apresentação de feiras e seminários com temáticas contemporâneas, debates, entre outros. Cada curso tem liberdade para aglutinar as disciplinas através dos elementos que julgarem convenientes, a fim de, ao final do semestre, entregarem a resposta da pergunta norteadora na forma de um projeto, dentro da disciplina Projeto de Pesquisa Interdisciplinar.

O semestre seguinte segue o mesmo padrão, sendo que a pergunta norteadora respondida comunica-se com a próxima, até o último semestre. Por fim, a pergunta condutora do curso é respondida. Tal metodologia encontra-se embasada nos estudos de Fazenda (2008), que diz que “a pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível quando várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto”.

Portanto, cada semestre é parte de um todo maior e tem o condão de que o aluno, ao fim do curso, não apenas consiga responder à pergunta condutora do curso, mas que ele mesmo, após sua vivência e desenvolvimento de habilidades, seja a resposta.

A figura 1A traz o fluxo da proposta acima descrita, como um modelo metodológico, na forma de um projeto piloto, que pode ser replicado para qualquer curso de graduação, onde pode-se observar a forma como se daria a comunicação das disciplinas por semestre, apontando sempre para responder, ao final do curso, à pergunta condutora previamente. O Quadro 2A contém propostas de operacionalização do Projeto Integrador por semestre.

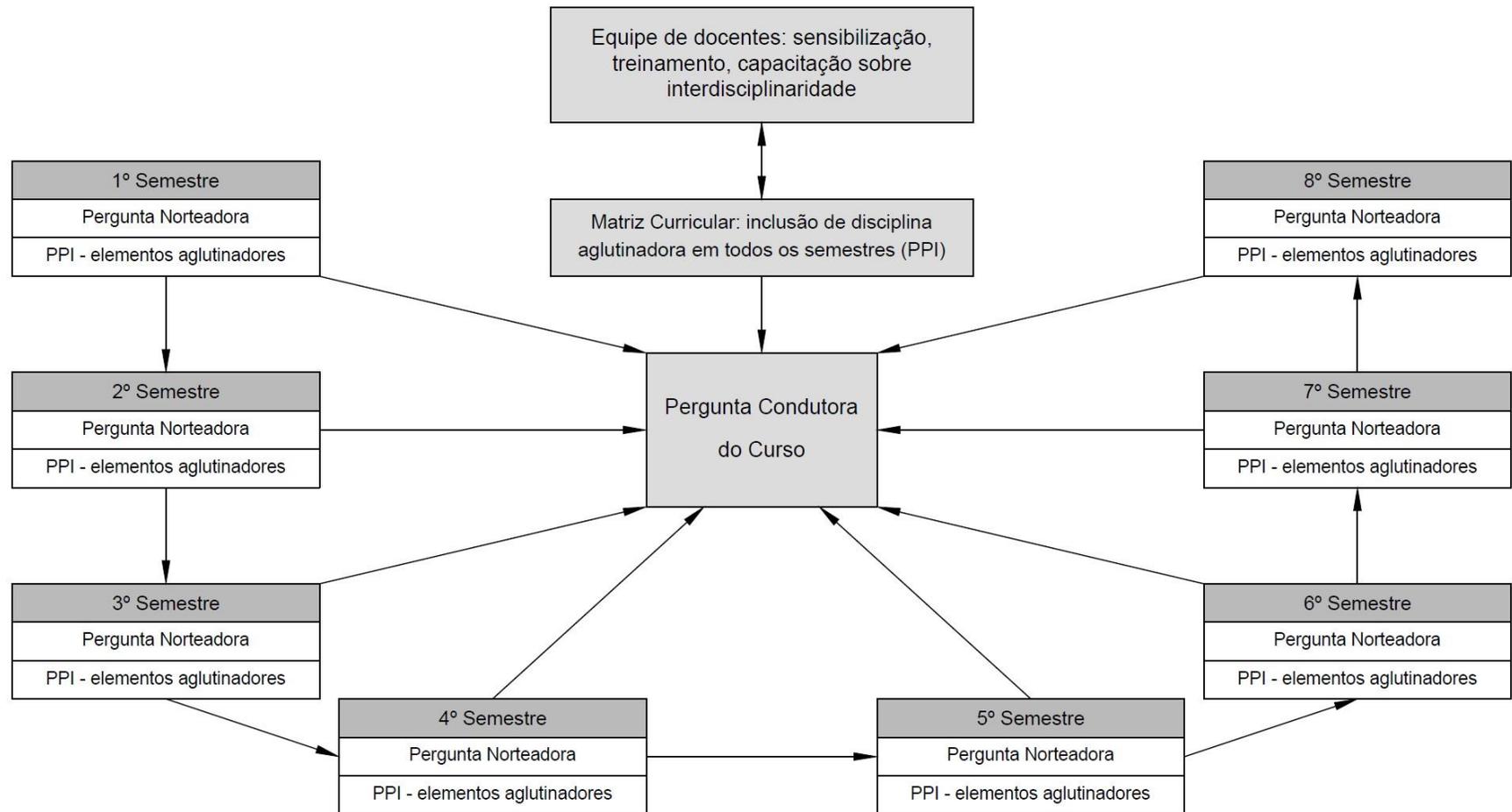
Reitera-se que são propostas dinâmicas, indicando apenas uma possibilidade de fazer e não se encerrando em uma forma cartesiana de trabalho. Tais projetos podem ser desenvolvidos das mais variadas formas, a partir do entendimento da equipe pedagógica responsável.

**Quadro 2A: Etapas do Projeto Integrador dentro da Disciplina Projeto de Pesquisa Interdisciplinar (PPI)**

ETAPA	PARTICIPANTES	PERÍODO	PROCESSOS	RESULTADOS ESPERADOS
Planejamento Integrado do PPI	Equipe pedagógica multidisciplinar	Antes de iniciar o semestre	Definição da pergunta norteadora	Tema do projeto do semestre
			Plano de ação (Definição das atividades aglutinadoras)	Proposta do plano de ação
			Identificar a contribuição de cada disciplina para o projeto	
Facilitadores	Alunos	Início do semestre	Validação do tema e da pergunta norteadora	Detalhamento do plano de ação
	Docentes responsáveis pelo PPI			
Desenvolvimento	Alunos	Ao longo do semestre	Executar, monitorar e avaliar o plano de ação proposto para a execução do Projeto Integrador	Resposta à pergunta norteadora
	Equipe pedagógica			
Síntese	Alunos	Ao fim do semestre	Consolidar os resultados	Apresentação de resultados
	Equipe pedagógica		Apresentar os resultados	

Fonte: Adaptado de Senac (2015) pela autora

**Figura 1A: Proposta de uma matriz curricular interdisciplinar**



## REFERÊNCIAS

FAZENDA, Ivani Catarina. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Virtude das forças na prática interdisciplinar**. Campinas: Papirus Editora, 1999

JOSGRILBERT, Maria de Fátima Viegas. **Experiências Interdisciplinares no Ensino Superior**. Ponta Porã: EDFAMAG, 2015.

SENAC. DN. **Projeto Integrador**. Rio de Janeiro: 2015, 36 p.

SUÑE, L. S. de V. S., ARAÚJO, P. J. L. URQUIZA, R. de A. **Desenho de Currículo para Desenvolver Competências: uma proposta metodológica**. Aracaju: EDUNIT, 2015.

## Anexo A - Matriz Curricular – Arquivologia /UFES

1º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Nome da disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Fundamentos de arquivologia	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	História e Memória*	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ADM	ADM01731	Introdução à Administração	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. FIL	FIL00428	Introdução a Filosofia	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	Raciocínio Lógico	60	4	45-15-0	-	Obr
<b>Totais do período</b>			<b>300</b>	<b>20</b>			

\* Disciplina transferida do Departamento de História para o de Arquivologia, de acordo com a Resolução 29/2014.

2º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Gestão de Documentos	60	4	45-15-0	Fundamentos de arquivologia	Obr
Dep. ADM	ADM04417	Gestão organizacional	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. DIR	DIR00293	Instituições de Direito Público e Privado	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ADM	ADM01815	Organização e Métodos	60	4	45-15-0	Introdução à Administração	Obr
Dep. ARQ	Nova	Comunicação na Sociedade da Informação	60	4	45-15-0	-	Obr
<b>Totais do período</b>			<b>300</b>	<b>20</b>			
3º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Análise documental	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr

Dep. ARQ	Nova	Classificação de Documentos Arquivísticos	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Documentos Arquivísticos Eletrônicos	60	4	45-15-0	Comunicação na Sociedade da Informação	Obr
Dep. ARQ	Nova	Políticas arquivísticas I	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr
-	Nova	Optativa 1	60	4	-	-	Opt
<b>Totais do período</b>			<b>300</b>	<b>20</b>			

4º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Repositórios Arquivísticos Digitais	60	4	30-15-15	Documentos Arquivísticos Eletrônicos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Preservação e conservação de documentos I	60	4	30-15-15	Gestão de Documentos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Avaliação de Documentos Arquivísticos	60	4	45-15-0	Classificação de Documentos Arquivísticos	Obr
-	Nova	Optativa 2	60	4	-		Opt
-	Nova	Optativa 3	60	4	-		Opt
<b>Totais do período</b>			<b>300</b>	<b>20</b>			

5º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Descrição de documentos arquivísticos	60	4	45-15-0	Avaliação de Documentos Arquivísticos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Metodologia de Pesquisa Científica	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	Usos e usuários da informação arquivística	60	4	45-15-0	-	Obr
-	Nova	Optativa 4	60	4	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 5	30	2	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 6	30	2	-	-	Opt

6º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Estágio supervisionado	180	7	20-160-0	Descrição de documentos Documentos Arquivísticos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Projeto de pesquisa	60	4	15-45-0	Metodologia de Pesquisa Científica	Obr
<b>Totais do período</b>			<b>240</b>	<b>11</b>			

7º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	Nova	Gestão de instituições e serviços arquivísticos	60	4	45-15-0	Estágio supervisionado	Obr
Dep. ARQ	Nova	Mediação cultural em arquivos	60	4	45-15-0	Estágio supervisionado	Obr
-	Nova	Optativa 7	60	4	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 8	60	4	-	-	Opt
<b>Totais do período</b>			<b>240</b>	<b>16</b>			

8º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	Código	Disciplina	CHS	Cr	T.E.L	Pré-requisitos	Classe
Dep. ARQ	ARV04433	Trabalho de Conclusão de Curso	180	7	10-170-0	Projeto de pesquisa	Obr
<b>Totais do período</b>			<b>180</b>	<b>7</b>			

**ANEXO B - Matriz Curricular – Administração (mat)/ UFES****1º Período****FIL-00428 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

O que é filosofia. As questões centrais de tradição em filosofia. Análise filosófica do mundo atual. Filosofia e conhecimento. Filosofia e conhecimento. Filosofia contemporânea. Temas de filosofia para a formação acadêmica do curso.

**PSO-03559 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA SOCIAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

História da psicologia social no Brasil. A proposta teórica e epistemológica da Psicologia Social para o entendimento do homem e suas implicações para a pesquisa. Indivíduo, cultura e sociedade. Processos grupais, identidade e exclusão social.

**LET-02630 - LÍNGUA PORTUGUESA (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Produção e compreensão de texto como prática interdisciplinar. Análise do texto do aluno (a questão da textualidade). A tipologia textual: prática e análise dos diferentes tipos de textos produzidos pelos alunos.

**MAT-06013 - MATEMÁTICA I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Cálculo diferencial de funções de uma variável: limites, continuidade, derivada, aplicação de derivada. Cálculo integral de uma variável: integral definida, aplicações de integral definida e métodos de integração.

**CSO-00176 - SOCIOLOGIA GERAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

As condições históricas do surgimento da Sociologia. A Revolução Industrial, a revolução francesa, a situação intelectual. A Sociologia como ciência: objeto de estudo, métodos e abordagem. Principais correntes teóricas. A contribuição da sociologia para a compreensão da sociedade brasileira. Temas clássicos e contemporâneos da sociologia.

## 2º Período

### **CON-06136 - CONTABILIDADE EMPRESARIAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Aplicação de recursos: o mecanismo de captação de recursos pela empresa e sua aplicação nas atividades. A representatividade da empresa pelo balanço. As contas: o sentido de conta na terminologia contábil. Conceitos e normas para adoção e funcionamento das contas. O ativo e contas devedoras: minucioso estudo da forma como se acham aplicados os capitais mobilizados pela empresa. O passivo e contas credoras: a origem dos capitais e a classificação segundo suas fontes. O conceito de patrimônio líquido como medida de expressão real da empresa. Livros e processos de escrituração: conceito de livro na terminologia contábil e finalidade geral. balanços e balancetes: O conceito de balancete e balanço, a técnica de levantamento de balancete e balanços. A transformação de balancetes em balanços. A distribuição das contas nos balanços e a importância dessa classificação. O resultado: a apuração e demonstração de resultado.

### **ADM03746 - CULTURA ORGANIZACIONAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

A cultura das organizações. Os desafios do futuro. Um estudo de caso.

### **STA-02166 - ESTATÍSTICA I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Conceitos e objetivos da estatística. População e amostras, atributos e variáveis. Séries estatísticas. Tabelas e gráficos. Medidas de tendência central, de dispersão e separatrizes. Noções de probabilidade. Distribuições de probabilidade discreta e contínua. Variáveis aleatórias e bi-dimensionais. Técnicas de amostragem. Distribuições de médias amostrais.

### **CSO-02156 - SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Trabalho e capitalismo. As transformações do capitalismo no mundo do trabalho. O capitalismo e a produção da globalização neoliberal. O trabalho no mundo da produção capitalista. Mudanças organizacionais e educação. Empresa, empresários e sociedade: a sociologia no interior das organizações.

### **ADM-06137 - TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Os diferentes níveis de análise do pensamento na administração. Conceitos fundamentais em administração. Origens da administração e sua evolução. Teoria da administração científica, clássica, burocracia e das relações humanas.

### **ECO-06138 - TEORIA ECONÔMICA I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

O conceito de economia. O sistema econômico. O desenvolvimento econômico, as escolas econômicas. A visão microeconômica. A visão macroeconômica. Teoria microeconômica: o mercado, a procura, a oferta, elasticidade, o mercado e o governo, o comportamento do consumidor, o comportamento do produtor, as estruturas de mercado e a maximização do lucro.

### 3º Período

**ADM-02158 - COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Estudo dos múltiplos aspectos do comportamento humano nas organizações. O que é a ciência do comportamento. Modelos e quadros de referência; organizações e comportamento; indivíduo - variáveis intrínsecas e extrínsecas determinantes do comportamento; atitude, percepção, aprendizagem, motivação. Os grupos na organização - como se formam; características dos grupos - hierarquia, normas, papéis, coesão, objetivos; conflitos intra e intergrupais. Liderança e poder. Comunicação empresarial. Clima e cultura organizacionais.

**DIR-02162 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Conceitos e fontes. Obrigações tributárias. Crédito tributário. Imunidade tributária. Poder fiscalizador do Estado. Evasão tributária. Processo Administrativo tributário. Processo judiciário. Receitas tributárias. Impostos: federais, estaduais e municipais. Contribuições parafiscais.

**MAT-06195 - MATEMÁTICA II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Cálculo Diferencial de funções de várias variáveis: derivada parcial, máximos e mínimos de funções, aplicações. Álgebra matricial e sistemas de equações lineares. Programação linear.

**ADM-02163 - POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Um marco conceitual: o desenvolvimento das sociedades nas perspectivas funcionalista, dialética e funcional-dialética - Administração e dominação social: a perspectiva weberiana e a perspectiva marxista - A visgo micro-social: trabalho, capital e administração - administração, burocracia e controle social.

**ADM-06142 - TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Teoria behaviorista, estruturalista, sistêmica, contingencial e da delimitação dos sistemas sociais. Abordagens alternativas de administração: desenvolvimento organizacional, administração por objetivos, cogestão, participação, autogestão, cooperativismo, terceiro setor, aprendizagem organizacional, abordagens históricas recentes.

**ECO-06139 - TEORIA ECONÔMICA II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

A economia dos agregados. Os agregados macroeconômicos. Os fluxos do produto, da renda e do dispêndio. O governo. As transações externas. As variações nominais e reais. O setor financeiro da economia. O equilíbrio macroeconômico: a cruz keynesiana.

#### 4º Período

##### **ADM-02173 - ADMINISTRAÇÃO DE CUSTOS (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

A contribuição de custo para a administração. Custos: conceito, classificação, elementos do processo de custeio, o custeio por processo e o custeio por tarefa. O controle orçamentário utilizando custos padrão. Análise de custos e lucros na tomada de decisão. O custeio directo x custeio por absorção. O processo de custeio como fator de integração organizacional.

##### **ADM-02179 - ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Objetivos e Funções da Administração de Materiais: Macro-funções da Administração de Materiais. A política de materiais nas empresas industriais. Sucata: uma fonte de receita. A organização e as responsabilidades da Administração de Materiais: um modelo de estrutura orgânica, a administração integrada de materiais, vantagens e custos da Administração de Materiais. O inter-relacionamento da Administração de Materiais com outras áreas: áreas internas na própria empresa. Áreas externas - fornecedores, esquema de intercâmbio de informações. Estrutura de controle; auditoria na administração de materiais. Utilização do Processamento Eletrônico de Dados na Gestão de Materiais: Qual o momento correto de se passar do controle manual para controle mecanizado. Terminologia adotada na Administração de Materiais.

##### **ECO02170 - ECONOMIA BRASILEIRA (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Formação econômica do Brasil: do modelo primário exportador ao modelo associado-dependente. Análise do modelo brasileiro de desenvolvimento: do movimento de 1964 à atualidade. O mito de desenvolvimento econômico. Modernização, dependência, desenvolvimento desigual e perspectivas.

##### **STA-02171 - ESTATÍSTICA II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Estimação por pontos e por intervalo. Distribuição T de Student. Teste de hipóteses. Tipo de erro. Teste de homogeneidade. Tabelas de contingência. Análise de variância. Distribuição F - Teste de médias.

##### **ADM-06140 - GESTÃO COM PESSOAS (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Administração de Pessoal dentro da Evolução da Teoria Administrativa: objetivos e evolução; retrospecto histórico e breve análise dos principais enfoques (jurídico, tecnicista-moralista, de relações humanas, comportamentalista e sistêmico). Administração de Pessoal e Ecologia. Influências características culturais. Problemas básicos da Administração de Pessoal; conceitos e objetivos, funções e posição da Administração de Pessoal dentro da empresa. O mercado de RH, recrutamento, seleção, integração, planejamento de RH, descrição de cargos, plano de cargos e salários, plano de carreira, higiene e segurança no trabalho, benefícios (legais e voluntários), desenvolvimento, treinamento, capacitação. Sistemas de informação de RH. O indivíduo na organização e seus reflexos na Administração de Pessoal.

**ADM-02168 - SISTEMAS E MÉTODOS ADMINISTRATIVOS (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Função de organização e métodos administrativos. A posição de O&M no passado e no presente. Organograma. Tipos de estrutura organizacional. Departamentalização. Funcionograma. Fluxograma: tipos e simbologia. Layout.

**5º Período****ADM-03886 - ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Conceitos e campo de aplicação de sistemas; modelos e aplicativos para gerenciamento das informações em sistemas manuais e computadorizados; desenvolvimento de projetos de sistemas; administração de projetos de sistemas.

**ADM-06143 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Administração financeira. Função do administrador financeiro. Juros e descontos simples e compostos. Desconto bancário. Fatores de formação de capital, de valor atual, de amortização de capital e de acumulação de capital. Taxas diversas. Análise financeira e demonstrativos financeiros. Administração do capital de giro. Planejamento e controle financeiro a curto prazo.

**ADM-06141 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (150 h, OBR, T:0 E:150 L:0)**

Realização de estágio de formação profissional, com supervisão docente, conforme a área de interesse do aluno e do orientador.

**ADM-06145 - ÉTICA EMPRESARIAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Perspectivas filosóficas das doutrinas éticas; Perspectiva histórica dos estudos em ética empresarial; Ética na atividade econômica; As visões sobre a ética empresarial: a visão clássica e a visão sócio-econômica; As implicações éticas das decisões corporativas de cunho econômico. Desafios éticos no início do milênio.

**ADM-06146 - FUNDAMENTOS DE MARKETING (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Marketing - o nascimento, conceitos e definições. Teoria do comportamento do consumidor. As variáveis controláveis e as incontroláveis. Decisões sobre distribuição física: suprimento físico - armazenagem e transporte - canais de distribuição. Decisões sobre preço. Decisões de comunicação: venda pessoal, venda em massa e promoção de vendas. A força de vendas. O plano de marketing. A organização de marketing. Pesquisa Mercadológica. Marketing internacional.

**ADM-06147 - GESTÃO AMBIENTAL (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

O Homem, sua evolução e sua ação no planeta. A Epistemologia Ambiental: a articulação das ciências na relação natureza-sociedade, inter e transdisciplinaridade inerentes ao ambiente e ao desenvolvimento. Racionalidade ambiental e pensamento humanístico. As transformações do colhimento no paradigma ambientalista. A construção da riqueza e os impactos ambientais negativos. A Legislação Ambiental e sua construção permanente. Os princípios norteadores de uma pedagogia ambiental. O Papel do Administrador na interface organização-sociedade e meio-ambiente. As tecnologias Alternativas para um Desenvolvimento mais Sustentável.

**6º Período****ADM-02184 - ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

A função de produção. Métodos analíticos aplicados em produção e operações. Projeto de Produção e Planejamento de Processos. Localização das fábricas. Arranjo físico de equipamentos e departamentos. O planejamento de tarefas e métodos de trabalho. Padrões de produção e medição do trabalho. Planos e programas integrados de produção. Programação e controle de operações. Manutenção. Controle de qualidade.

**ADM-06148 - ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Conceitos. Análise de oportunidades de mercado. Organização, planejamento e programa de marketing. Controle de marketing.

**ADM-06149 - ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIA (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Natureza e tipos de conhecimentos. Ciência e ideologia, objetividade e neutralidade científicas. Método científico e teoria, modelos e paradigmas. O problema do conhecimento (epistemologia) e sua implicação na administração. As correntes de pensamento e sua influência no conhecimento administrativo. Modos de investigação.

**ADM-06150 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Administração financeira de longo prazo: decisões de investimento e financiamento. Análise de risco e retorno. Orçamento de capital e decisões de investimento. Custo de capital. Estrutura de capital. Políticas de dividendos e lucros retidos.

**ADM-06144 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (150 h, OBR, T:0 E:150 L:0)**

Realização de estágio de formação profissional, com supervisão docente, conforme a área de interesse do aluno e do orientador.

## 7º Período

### **C0000-13565 - OPTATIVA I (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

De acordo com a disciplina optativa a ser escolhida pelo aluno.

### **C0000-13566 - OPTATIVA II (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

De acordo com a disciplina optativa a ser escolhida pelo aluno.

### **C0000-13567 - OPTATIVA III (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

De acordo com a disciplina optativa a ser escolhida pelo aluno.

### **C0000-13564 - OPTATIVA IV (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

De acordo com a disciplina optativa a ser escolhida pelo aluno.

### **ADM-06154 - PROJETO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

Os diferentes níveis de análise para a pesquisa em administração. O fato científico. A verdade, o fato, a teoria, a ideologia. O processo e o projeto de pesquisa. A seleção do problema com foco na administração. O referencial teórico, a natureza do estudo, limites e possibilidades do sistema de mensuração, universo, amostra e sujeitos de pesquisa. A coleta de dados, elaboração dos instrumentos de pesquisa. Codificação e análise de dados. Interpretação dos resultados. Relatório de pesquisa.

## 8º Período

### **C0000-13568 - OPTATIVA V (60 h, OBR, T:60 E:0 L:0)**

De acordo com a disciplina optativa a ser escolhida pelo aluno.

### **ADM-06155 - SEMINÁRIO DE PESQUISA E INTEGRAÇÃO (120 h, OBR, T:120 E:0 L:0)**

Pesquisa de natureza teórica e prática que revele o conhecimento, domínio e aplicação do processo de aprendizagem ao longo do curso. Culmina obrigatoriamente em um TCC, com versão escrita e defesa oral perante uma banca de professores.

## Anexo C - Matriz Curricular Administração (not)/UFES

1º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON-06820	CONTABILIDADE	60	4	---
MAT06013	MATEMÁTICA I	60	4	---
ADM-09852	PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	60	4	---
CSO-06870	SOCIOLOGIA	60	4	---

Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM-06818	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES I	60	4	---
	<i>Totais do período</i>	300	20	

2º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
STA-02166	ESTATÍSTICA I	60	3	---
FIL00428	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60	4	---
ADM-02163	POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO	60	4	ADM-06818, CSO-06870
ADM-07162	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES II	60	4	ADM-06818
ECO-06138	TEORIA ECONÔMICA I	60	4	---
	<i>Totais do período</i>	300	19	

3º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM-09926	COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL	60	4	---
ADM-09928	ÉTICA EMPRESARIAL	60	4	FIL00428
ADM-09927	GESTÃO DE PROCESSOS	60	4	---
MAT06195	MATEMÁTICA II	60	4	MAT06013
ECO-06139	TEORIA ECONÔMICA II	60	4	ECO-06138
	<i>Totais do período</i>	300	20	

4º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM-02158	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	60	4	ADM-09852
CON-03751	CONTABILIDADE DE CUSTOS	60	4	---
ECO02170	ECONOMIA BRASILEIRA	60	4	ECO-06139
STA02171	ESTATÍSTICA II	60	3	STA-02166
DIR-00293	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO PRIVADO	60	4	---
	<i>Totais do período</i>	300	19	

5º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM10555	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	150	10	78 créditos
ADM10388	FINANÇAS I	60	4	CON-03751, CON-06820
ADM10387	GESTÃO DE OPERAÇÕES I	60	4	STA-02166
ADM10386	GESTÃO DE PESSOAS I	60	4	ADM-07162, ADM-09926
ADM10390	MARKETING I	60	4	ADM-09852, CSO-06870, ECO-06139
ADM10389	RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR	60	4	---
<i>Totais do período</i>		450	30	

6º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM10559	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	150	10	ADM10555
ADM10596	FINANÇAS II	60	4	ADM10388
ADM-10597	GESTÃO AMBIENTAL	60	4	---
ADM10595	GESTÃO DE OPERAÇÕES II	60	4	ADM10387
ADM10594	GESTÃO DE PESSOAS II	60	4	ADM10386
ADM10598	MARKETING II	60	4	ADM10390
<i>Totais do período</i>		450	30	

7º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM10790	ESTRATÉGIA	60	4	ADM10386, ADM10387, ADM10388, ADM10390
ADM10787	GESTÃO DE SERVIÇOS	60	4	ADM10387
ADM10788	GESTÃO PÚBLICA	60	4	ADM-02163, ADM-07162
ADM10786	PROJETO DE PESQUISA	60	4	100 créditos
ADM10789	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	60	4	---
<i>Totais do período</i>		300	20	

<b>8º Período</b>				
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
C0000-14883	OPTATIVA I	60	4	---
C0000-14219	OPTATIVA II	60	4	---
C0000-14220	OPTATIVA III	60	4	---
C0000-14221	OPTATIVA IV	60	4	---
C0000-14222	OPTATIVA V	60	4	---
	<i>Totais do período</i>	300	20	

<b>9º Período</b>				
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
ADM-06155	SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO	120	8	ADM10786
	<i>Totais do período</i>	120	8	

## Anexo D - Matriz Curricular – Biblioteconomia/UFES

1º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB01775	FUNDAMENTOS DE BIBLIOTECONOMIA	60	4	---
FIL- 00428	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60	4	---
LET 02630	LÍNGUA PORTUGUESA	60	4	---
CSO00176	SOCIOLOGIA GERAL	60	4	---
BIB04360	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I	60	3	---
	<b>Totais do período</b>	300	19	

2º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03895	EDITORAÇÃO	60	4	---
BIB03890	EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO	60	4	---
FIL01782	LÓGICA	60	4	FIL- 00428
BIB03888	NORMALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	60	3	---
PSO 01562	PSICOLOGIA SOCIAL	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	300	19	

3º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB04418	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	60	4	---
CSO-01559	CULTURA BRASILEIRA	60	4	---
STA03927	ESTATÍSTICA APLICADA	60	4	BIB04360
BIB03899	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA I	60	3	BIB01775
BIB 03892	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA I	60	3	BIB01775, FIL01782
	<b>Totais do período</b>	300	18	

4º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03893	FONTES DE INFORMAÇÃO	60	3	BIB03899
BIB03902	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	60	3	STA03927
BIB03889	ORGANIZAÇÃO E ADMINIST DE BIBLIOTECAS I	60	4	BIB01775
BIB03891	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA II	60	3	BIB03899
BIB03894	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA II	60	3	BIB 03892
	<b>Totais do período</b>	300	16	

5º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03898	AÇÃO CULTURAL	60	4	BIB03889
LET01803	INGLÊS INSTRUMENTAL	60	4	---
BIB03900	ORGANIZ E ADMINIST DE BIBLIOTECA II	60	4	BIB03889
BIB03903	PRESERVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	60	3	BIB03889, BIB03891
BIB03896	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA III	60	3	BIB 03892
	<i>Totais do período</i>	300	18	

6º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03901	AUTOMAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	60	3	BIB03900, BIB04360
BIB03906	ESTUDO DE USUÁRIOS	60	3	BIB03900, BIB03902

Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM01815	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	60	4	BIB03889
BIB03904	SERVIÇO DE RECUPERAC DA INFORMAÇÃO I	60	3	BIB03893, BIB03894
	<i>Totais do período</i>	240	13	

7º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03912	ESTÁGIO EM BIBLIOTECONOMIA	270	5	BIB03889, BIB03891, BIB03893, BIB03894, BIB03896
BIB03897	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	60	4	BIB03906
BIB04994	PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA	60	4	BIB03902, BIB03906
BIB03910	SERVIÇO DE RECUPERAC DA INFORMAÇÃO II	30	2	BIB03904
	<i>Totais do período</i>	420	15	

8º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
BIB03905	GERÊNCIA DE RECURSOS INFORMACIONAIS	60	4	BIB03900
BIB03909	SEMINÁRIO SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	30	2	BIB03912
BIB04995	TCC	60	2	BIB04994
	<i>Totais do período</i>	150	8	

## ANEXO E - Matriz Curricular – Ciências Contábeis (vesp)/UFES

1º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON03739	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA I	60	4	---
FIL04842	FILOSOFIA E ÉTICA	60	4	---
DIR-02105	INSTITUIÇÕES DE DIREITO	60	4	---
LET-02630	LÍNGUA PORTUGUESA	60	4	---
CSO00176	SOCIOLOGIA GERAL	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	300	20	

2º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON03741	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA II	60	4	CON03739
DIR-02198	DIREITO EMPRESARIAL	60	4	---
STA02166	ESTATÍSTICA I	60	3	---
MAT06013	MATEMÁTICA I	60	4	---
CON06014	METODOLOGIA DA PESQUISA I	30	2	---
CON06181	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESA	30	2	---
	<b>Totais do período</b>	300	19	

3º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON03744	CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA I	60	4	CON03741
ECO03740	ECONOMIA I	60	4	---
STA02171	ESTATÍSTICA II	60	3	STA02166
MAT06195	MATEMÁTICA II	60	4	MAT06013
PSI00759	PSICOLOGIA I	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	300	19	

4º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM06359	ADMINISTRAÇÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL	60	4	---
CON-03751	CONTABILIDADE DE CUSTOS I	60	4	CON03744
CON03747	CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA II	60	4	CON03744
ECO03743	ECONOMIA II	60	4	ECO03740
CON07230	ELEMENTOS DE ANÁLISE FINANCEIRA	30	2	MAT06013, STA02166
CON06336	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	30	2	---
	<b>Totais do período</b>	300	20	

5º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON 03757	CONTABILIDADE AVANÇADA	60	4	CON03747
CON03755	CONTABILIDADE DE CUSTOS II	60	4	CON-03751
CON-03749	LEGISLAÇÃO SOCIAL	60	4	---
C0000-14971	OPTATIVA I	60	4	---
CON06337	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	60	4	CON03744, DIR-02198
	<b>Totais do período</b>	300	20	

6º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON03754	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	60	4	CON03747
CON03762	AUDITORIA I	60	4	CON 03757
CON06788	CONTABILIDADE GERENCIAL	30	2	CON03755
CON-03753	CONTABILIDADE PÚBLICA I	60	4	CON03739
C0000-15211	OPTATIVA II	60	4	---
CON-06789	PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO I	30	2	CON03755
CON03761	TEORIA CONTÁBIL	60	4	CON 03757
	<b>Totais do período</b>	360	24	

7º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ADM00039	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	60	4	CON-03751, CON07230
CON03770	AUDITORIA II	60	4	CON03762
CON 03776	CONTABILIDADE PÚBLICA II	60	4	CON-03753
CON06338	METODOLOGIA DA PESQUISA II	30	2	CON06014
C0000-14972	OPTATIVA III	30	2	---
CON03759	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE	30	2	CON 03757
CON 07249	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I*	90	6	CON06014
	<b>Totais do período</b>	360	24	

8º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON03758	CONTROLADORIA	60	4	CON 03757
CON06339	LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	30	2	CON06788
C0000-14973	OPTATIVA IV	60	4	---
C0000-14974	OPTATIVA V	60	4	---
CON03764	PERÍCIA	60	4	CON03770
CON06340	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	150	10	CON 07249
	<b>Totais do período</b>	420	28	

<b>9º Período</b>				
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
CON06341	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	270	18	---
	<i>Totais do período</i>	270	18	

## Anexo F - Matriz Curricular – Ciências Contábeis (not)/UFES

1º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03739	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA I	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	FIL04842	FILOSOFIA E ÉTICA	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	DIR02105	INSTITUIÇÕES DE DIREITO	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	LET02630	LÍNGUA PORTUGUESA	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	CSO00176	SOCIOLOGIA GERAL	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
		<b>Totais do período</b>	20	300	T:300 E:0 L:0		

2º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03741	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA II	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03739	OBR
	DIR02198	DIREITO EMPRESARIAL	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	STA02166	ESTATÍSTICA I	3	60	T:45 E:15 L:0	---	OBR
	MAT06013	MATEMÁTICA I	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	CON06014	METODOLOGIA DA PESQUISA I	2	30	T:30 E:0 L:0	---	OBR
	CON06181	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS	2	30	T:30 E:0 L:0	---	OBR
		<b>Totais do período</b>	19	300	T:285 E:15 L:0		

3º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03744	CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA I	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03741	OBR
	ECO03740	ECONOMIA I	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	STA02171	ESTATÍSTICA II	3	60	T:45 E:15 L:0	STA02166	OBR
	MAT06195	MATEMÁTICA II	4	60	T:60 E:0 L:0	MAT06013	OBR
	PSI00759	PSICOLOGIA I	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
		<b>Totais do período</b>	19	300	T:285 E:15 L:0		

4º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	ADM06359	ADMINISTRAÇÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	CON03751	CONTABILIDADE DE CUSTOS	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03744	OBR
	CON03747	CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA II	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03744	OBR
	CON06336	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	2	30	T:30 E:0 L:0		OBR
	ECO03743	ECONOMIA II	4	60	T:60 E:0 L:0	ECO03740	OBR
	CON07230	ELEMENTOS DE ANÁLISE FINANCEIRA	2	30	T:30 E:0 L:0	MAT06013, STA02166	OBR
		<b>Totais do período</b>	20	300	T:300 E:0 L:0		

5º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03757	CONTABILIDADE AVANÇADA	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03747	OBR
	CON03755	CONTABILIDADE DE CUSTOS II	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03751	OBR
	CON03749	LEGISLAÇÃO SOCIAL	4	60	T:60 E:0 L:0	---	OBR
	CON06337	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03744, DIR02198	OBR
		<b>Totais do período</b>	16	240	T:240 E:0 L:0		

6º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03754	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03747	OBR
	CON03762	AUDITORIA I	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03757	OBR
	CON06788	CONTABILIDADE GERENCIAL	2	30	T:30 E:0 L:0	CON03755	OBR
	CON03753	CONTABILIDADE PÚBLICA I	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03744	OBR
	CON06789	PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO I	2	30	T:30 E:0 L:0	CON03755	OBR
	CON03761	TEORIA CONTÁBIL	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03757	OBR
		<b>Totais do período</b>	20	300	T:300 E:0 L:0		

7º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	ADM00039	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03751, CON07230	OBR
	CON03770	AUDITORIA II	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03762	OBR
	CON 03776	CONTABILIDADE PÚBLICA II	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03753	OBR
	CON06338	METODOLOGIA DA PESQUISA II	2	30	T:30 E:0 L:0	CON06014	OBR
	CON09833	TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE	2	30	T:30 E:0 L:0	CON03747	OBR
	CON 07249	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I*	6	90	T:90 E:0 L:0	CON03757,C ON06014, CON06788	OBR
		<b>Totais do período</b>	22	330	T:330 E:0 L:0		

8º Período							
Departamento responsável pela oferta da disciplina	Código	Nome da disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L (conforme CH semestral)	Pré-Requisito	Classe (se obrigatória ou optativa)
	CON03758	CONTROLADORIA	4	60	T:60 E:0 L:0	CON06788	OBR
	CON06339	LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	2	30	T:30 E:0 L:0	CON03747	OBR
	CON03764	PERÍCIA	4	60	T:60 E:0 L:0	CON03770	OBR
	CON06340	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	10	150	T:150 E:0 L:0	CON07249	OBR
		<b>Totais do período</b>	20	300	T:300 E:0 L:0		

## Anexo G- Matriz Curricular – Direito/UFES

1º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13492	ECONOMIA B	60	4	---
C0000-13493	FILOSOFIA E ÉTICA	60	4	---
C0000-13491	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	60	4	---
C0000-13495	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	60	4	---
C0000-13494	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	60	4	---
	<i>Totais do período</i>	300	20	

2º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13499	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I	60	4	C0000-13491, C0000-13494
C0000-13500	SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO	60	4	C0000-13495
C0000-13496	TEORIA GERAL DO DIREITO	60	4	C0000-13491
C0000-13498	TEORIA GERAL DO ESTADO	60	4	C0000-13491
C0000-13497	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60	4	C0000-13491, C0000-13494
	<i>Totais do período</i>	300	20	

3º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13505	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II	60	4	C0000-13499
C0000-13503	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	4	C0000-13497
C0000-13502	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	60	4	C0000-13496
C0000-13504	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60	4	C0000-13496, C0000-13498
C0000-13506	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL I	60	4	C0000-13496
	<i>Totais do período</i>	300	20	

4º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13509	DIREITO CONSTITUCIONAL I	60	4	C0000-13504
C0000-13508	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	60	4	C0000-13498, C0000-13504
C0000-13487	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	4	C0000-13503
C0000-13510	RESPONSABILIDADE CIVIL	60	4	C0000-13505
C0000-13511	TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL II	60	4	C0000-13506
	<i>Totais do período</i>	300	20	

5º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13516	DIREITO DE EMPRESA I	60	4	C0000-13510
C0000-13515	DIREITO DO TRABALHO	60	4	C0000-13509
C0000-13517	DIREITO PENAL I	60	4	C0000-13511
C0000-13514	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	4	C0000-13487
C0000-13513	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	4	C0000-13497, C0000-13511
	<i>Totais do período</i>	300	20	

6º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13488	DIREITO CONSTITUCIONAL II	60	4	C0000-13509
C0000-13520	DIREITO DAS COISAS	60	4	C0000-13516
C0000-13521	DIREITO PENAL II	60	4	C0000-13517
C0000-13519	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60	4	C0000-13514
C0000-13518	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	4	C0000-13513
	<i>Totais do período</i>	300	20	

7º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13527	DIREITO ADMINISTRATIVO I	60	4	C0000-13488, C0000-13515
C0000-13528	DIREITO DE FAMÍLIA	60	4	C0000-13520

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
C0000-13529	DIREITO PENAL III	60	4	C0000-13521
C0000-13526	DIREITO PROCESSUAL CIVIL V	60	4	C0000-13519
C0000-13525	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	60	4	C0000-13518
	<i>Totais do período</i>	300	20	

<b>8º Período</b>				
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
C0000-13537	DIREITO DAS SUCESSÕES	60	4	C0000-13528
C0000-13535	DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI	60	4	C0000-13526
C0000-13536	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	4	C0000-13515, C0000-13527
C0000-13534	DIREITO PROCESSUAL PENAL IV	60	4	C0000-13525
C0000-13539	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	4	C0000-13526
C0000-13538	PRÁTICA CÍVEL	60	3	C0000-13528
	<i>Totais do período</i>	405	23	

<b>9º Período</b>				
<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CHS</b>	<b>Cr</b>	<b>Requisitos</b>
C0000-13545	DIREITO ADMINISTRATIVO II	60	4	C0000-13535
C0000-13546	DIREITO DO CONSUMIDOR	60	4	C0000-13537
C0000-13543	DIREITO TRIBUTÁRIO I	60	4	C0000-13527, C0000-13535
C0000-13548	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	4	C0000-13535
C0000-13544	ÉTICA NO DIREITO	60	4	C0000-13535
C0000-13547	PRÁTICA TRABALHISTA	60	3	C0000-13536, C0000-13538
C0000-13549	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) I	60	3	C0000-13535, C0000-13537
	<i>Totais do período</i>	465	26	

10º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
C0000-13556	DIREITO AMBIENTAL	60	4	C0000-13546
C0000-13554	DIREITO TRIBUTÁRIO II	60	4	C0000-13543
C0000-13489	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	4	C0000-13547
C0000-13555	FILOSOFIA DO DIREITO	60	4	C0000-13544
C0000-13557	PRÁTICA PENAL	60	3	C0000-13534, C0000-13547
C0000-13558	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II	60	3	C0000-13549
	<i>Totais do período</i>	405	22	

## Anexo H - Matriz Curricular – Ciências Econômicas/Economia/UFES

1º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO- 02110	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	60	4	---
CSO-02101	INTROD ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	60	4	---
ECO- 04357	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60	4	---
MAT-03709	MATEMÁTICA A	90	6	---
ECO-06318	TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	330	22	

2º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-07667	CONTABILIDADE SOCIAL	60	4	---
ECO-02107	ECONOMIA CLÁSSICA	60	4	ECO- 04357
ECO-02115	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	60	4	ECO- 02110
ECO-06319	INTRODUÇÃO À MICROECONOMIA	60	4	MAT-03709
MAT-03712	MATEMÁTICA B	90	6	MAT-03709
	<b>Totais do período</b>	330	22	

3º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-07668	DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	60	4	ECO-02115
ECO-07688	ECONOMIA POLÍTICA I	60	4	ECO-02107
ECO-03715	MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA I	60	4	MAT-03712
ECO-03714	TEORIA MACROECONÔMICA I	60	4	ECO-07667
ECO-06320	TEORIA MICROECONÔMICA I	60	4	ECO-06319, MAT-03712
	<b>Totais do período</b>	300	20	

4º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-07689	ECONOMIA POLÍTICA II	60	4	ECO-07688
STA-02112	ESTATÍSTICA I	60	4	MAT-03712
ECO-01658	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL I	60	4	ECO-07668
C0000-13704	OPTATIVA I	60	4	---
ECO-03718	TEORIA MACROECONÔMICA II	60	4	ECO-03714
ECO-06321	TEORIA MICROECONÔMICA II	60	4	ECO-06320
	<b>Totais do período</b>	360	24	

5º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
STA-02117	ESTATÍSTICA II	60	4	STA-02112
FIL-03779	FILOSOFIA E ÉTICA	60	4	---
ECO-01659	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL II	60	4	ECO-01658
C0000-13705	OPTATIVA II	60	4	---

Anexo da Resolução nº 60/2007 – CEPE

Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-07713	ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL I	60	4	ECO-06321
ECO-03722	TEORIA MACROECONÔMICA III	60	4	ECO-03718
	<b>Totais do período</b>	360	24	

6º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-03719	ECONOMETRIA I	60	4	ECO-03715, STA-02117
ECO-02129	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	60	4	ECO-01659
ECO-07680	ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	60	4	ECO-07713
ECO-03727	ECONOMIA MONETÁRIA	60	4	ECO-03722, ECO-07689
C0000-13706	OPTATIVA III	60	4	---
ECO-07726	TEORIA MACROECONÔMICA IV	0	0	ECO-03722
	<b>Totais do período</b>	300	20	

7º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
CON-02109	CONTABILIDADE ANAL DE BALANÇO	60	4	---
ECO-07677	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO I	60	4	ECO-06321
ECO02126	ECONOMIA INTERNACIONAL	60	4	ECO-03722
DIR-02105	INSTITUIÇÕES DE DIREITO	60	4	---
ECO-00000	MONOGRAFIA I	120	8	ECO-06318
C0000-13707	OPTATIVA IV	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	420	28	

8º Período				
Código	Disciplina	CHS	Cr	Requisitos
ECO-02603	MONOGRAFIA II	180	12	ECO-00000
C0000-13708	OPTATIVA V	60	4	---
C0000-13709	OPTATIVA VI	60	4	---
C0000-13710	OPTATIVA VII	60	4	---
	<b>Totais do período</b>	360	24	

## Anexo I - Matriz Curricular – Serviço Social/UFES

<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>T.E.L.</b>	<b>C.R.</b>	<b>C.H.T.</b>	<b>CARÁTER</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>
<b>1º PERÍODO</b>						
SSO	Introdução ao Serviço Social	4-0-0	4	60	Obr	-
PSI	Psicologia e Subjetividade	4-0-0	4	60	Obr	-
CSO	Sociologia I	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO	Oficina de Questões Sociais e Serviço Social	4-0-0	4	60	Obr	-
ECO	Teoria Econômica	4-0-0	4	60	Obr	-
LET 02630	Língua Portuguesa	4-0-0	4	60	Obr	-
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 360 horas</b>						
<b>2º PERÍODO</b>						
SSO	Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social I	4-0-0	4	60	Obr	Introdução ao Serviço Social
SSO	Serviço Social e Subjetividade	4-0-0	4	60	Obr	Psicologia e Subjetividade
CSO	Sociologia II	4-0-0	4	60	Obr	Sociologia I
ECO	Economia Brasileira Contemporânea	4-0-0	4	60	Obr	Teoria Econômica
SSO	Teoria Política	4-0-0	4	60	Obr	-
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 300 horas</b>						
<b>3º PERÍODO</b>						
SSO	Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social II	4-0-0	4	60	Obr	Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social I
CSO	Antropologia Cultural	4-0-0	4	60	Obr	-
CSO	Sociologia III	4-0-0	4	60	Obr	Sociologia II
FIL 00428	Introdução à Filosofia	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO	Formação Sócio-Econômica e Política do ES	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO 01860	Política Social	4-0-0	4	60	Obr	Teoria Política
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 360 horas</b>						

CÓDIGO	DISCIPLINAS	T.E.L.	C.R.	C.H.T.	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO
<b>4º PERÍODO</b>						
SSO	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	4-0-0	4	60	Obr	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social II
SSO	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	4-0-0	4	60	Obr	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social I
SSO	Seguridade I – Assistência e Previdência	4-0-0	4	60	Obr	Política Social
FIL	Filosofia Social e Política	4-0-0	4	60	Obr	Introdução à Filosofia
SSO	Pesquisa em Serviço Social I	4-0-0	4	60	Obr	Introdução à Filosofia
SSO	Processo de Trabalho do Serviço Social	4-0-0	4	60	Obr	Oficina de Questões Sociais e Serviço Social
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 360 horas</b>						
<b>5º PERÍODO</b>						
SSO	Seguridade Social II – Saúde	4-0-0	4	60	Obr	Política Social
EST	Estatística Social	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO	Oficina de Trabalho com Indivíduos	4-0-0	4	60	Obr	estar em estágio
SSO	Processo Grupal	4-0-0	4	60	Obr	estar em estágio
SSO	Processos Comunitários e Mobilização Social	4-0-0	4	60	Obr	estar em estágio
SSO	Estágio Supervisionado I	4-0-8	6	180	Obr	Processo de Trabalho do Serviço Social; Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III; Fundamentos Éticos e Ética Profissional
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 480 horas</b>						
<b>6º PERÍODO</b>						
SSO	Serviço Social e o Processo Decisório nas Organizações	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO	Pesquisa em Serviço Social II	4-0-0	4	60	Obr	Pesquisa em Serviço Social I; Estatística Social
SSO 01858	Planejamento em Serviço Social	4-0-0	4	60	Obr	Estatística Social
DIR 01848	Direito e Legislação Social	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO	Estágio Supervisionado II	4-0-8	6	180	Obr	Estágio Supervisionado I
	Optativa	4-0-0	4	60	Opt	-
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 480 horas</b>						

CÓDIGO	DISCIPLINAS	T.E.L.	C.R.	C.H.T.	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO
<b>7º PERÍODO</b>						
SSO	Família, grupos e redes sociais	4-0-0	4	60	Obr	Oficina de Trabalho com Individuos; Processo Grupal
SSO	Gestão Social Participativa	4-0-0	4	60	Obr	Serviço Social e o Processo Decisório nas Organizações
SSO	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	2-0-0	2	30	Obr	Estágio Supervisionado II; Pesquisa II
	Optativa	4-0-0	4	60	Opt	-
SSO	Estágio Supervisionado III	4-0-8	6	180	Obr	Estágio Supervisionado II
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 390 horas</b>						
<b>8º PERÍODO</b>						
SSO	Movimentos Sociais e Poder Local	4-0-0	4	60	Obr	-
SSO 01874	Trabalho de Conclusão de Curso	2-0-0	2	30	Obr	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado III
SSO	Atividades Complementares à Formação	2-0-8	4	150	Obr	-
	Optativa	4-0-0	4	60	Opt	-
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO PERÍODO: 300 horas</b>						

**NÚMERO DE PERÍODOS: MÍNIMO = 7 MÁXIMO: 14 SUGERIDO: 08**  
**CARGA HORÁRIA PARA MATRÍCULA: MÍNIMA: 60 MÁXIMA: 510**  
**CARGA HORÁRIA MÍNIMA PARA GRADUAÇÃO: 3.030 horas**  
**CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA: 2.850 horas**  
**CARGA HORÁRIA OPTATIVA: 180 horas**